

MESTRADO
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL E O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS - O CASO DE MULHERES RESPONSÁVEIS POR FAMÍLIAS MONOPARENTAIS

CLAREANA LOPES DE ARAÚJO

OUTUBRO - 2019

MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL E O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS - O CASO DE MULHERES RESPONSÁVEIS POR FAMÍLIAS MONOPARENTAIS

CLAREANA LOPES DE ARAÚJO

ORIENTAÇÃO:
PROFESSORA DOUTORA SARA FALCÃO CASACA

OUTUBRO - 2019

À todas as mulheres que
lutaram e lutam por nossos
direitos. Sem vocês esse
trabalho não seria possível.

Sigamos juntas.

Em especial às mulheres
responsáveis por famílias
monoparentais, dedico-lhes
minha mais profunda
admiração.

ABREVIATURAS

DSRF – Domicílios sob responsabilidade feminina

MRFM – Mulheres responsáveis por famílias monoparentais

PBF – Programa Bolsa Família

RESUMO

Esta dissertação é dedicada à compreensão do processo de deterioramento do rendimento feminino e sua vulnerabilidade à pobreza. Optou-se por abordar o caso de mulheres responsáveis por famílias monoparentais, considerado o mais relevante pela literatura sobre o tema. Propõe-se um foco no Brasil, associado ao papel executado pelo Estado nesta questão. Recorreu-se à revisão teórica sobre a feminização da pobreza, as suas causas e consequências, assim como o papel das políticas públicas no alívio da pobreza. Procedeu-se à recolha de dados estatísticos sobre a situação das mulheres no Brasil e outras variáveis relacionadas. Apresenta-se, ainda, os programas de assistência social no país e sua interseção com a promoção da igualdade de género. A análise empírica centrou-se na realização de entrevistas a mulheres responsáveis por famílias monoparentais no Brasil. Conclui-se que as premissas previstas na literatura se confirmam, mas que há ainda aspectos positivos decorrentes da responsabilidade monoparental, como a perceção das entrevistadas de maior margem de liberdade e autonomia.

Palavras-chave: Género, feminização da pobreza, políticas públicas, Brasil, responsabilidade monoparental.

ABSTRACT

This dissertation is aimed at understanding female poverty and their rising economic vulnerability. It is focused on female-headed families, one of the most relevant topics regarding the subject, in Brazil. It is also focused on public policies and their relevance to gender equality. First, a literature review on feminization of poverty is undertaken, involving its causes and consequences, as well as the role of public policies in tackling poverty. Data on the situation of Brazilian women has been collected, along with information on social assistance programs. The empirical analysis was based on interviews conducted with female heads of household. It is concluded that although the pauperization of female-headed households exposed in the literature is confirmed, there are some positive outcomes perceived by the interviewee, such as freedom and autonomy.

KEYWORDS: Gender, feminization of poverty, public policy, Brazil, female-headed families.

JEL CODES: H55; I32; J12; J16; N36; O15.

ÍNDICE

Abreviaturas.....	i
Resumo	ii
Índice	iii
Agradecimentos	v
1. Introdução	1
2. Enquadramento de Problemática	2
2.1 Enquadramento teórico.....	2
2.1.1 Fatores condicionantes	3
2.1.2 Políticas públicas e o papel do Estado.....	6
2.2 A situação das mulheres no Brasil.....	10
2.3 As políticas públicas de combate à pobreza no Brasil.....	14
3. Estudo Empírico	18
3.1. Opções metodológicas e caracterização da amostra.....	18
3.2. Análise e discussão de resultados	19
3.2.1 Do contexto familiar de origem à residência e situação familiar atuais	19
3.2.2 Vulnerabilidade económica, fontes de apoio e o papel do Estado	23
3.2.3 Perspetivas positivas.....	28
4. Conclusão	29
Referências	33
Anexos	38
Anexo 1 – Guião de Entrevistas	38
Anexo 2 – Declaração de Consentimento.....	38
Anexo 3 – Contexto familiar de origem e situação domiciliar.....	39
Anexo 4 – Domicílio e situação familiar.....	40

Anexo 5 – Trabalho e escolaridade	41
Anexo 6 – Apoio familiar e estratégias de contorno da pobreza.....	42
Anexo 7 – Outras fontes de apoio	43
Anexo 8 – Perspetivas positivas	44
Anexo 9 - Frases ilustrativas das participantes entrevistadas.....	45

AGRADECIMENTOS

Considero este trabalho escrito a oito mãos e uma conquista tanto minha quanto dos meus pais e minha irmã. Obrigada por me terem guiado até aqui, mesmo longe fisicamente. Agradeço ao meu pai e minha mãe que são, para mim, os maiores e melhores exemplos de sucesso na ruptura do ciclo intergeracional da pobreza, especialmente numa época de grande ausência do Estado no fornecimento de benefícios sociais, agravada durante o período militar ditatorial. Sigo orgulhosa de sua história e da história de nossa família, admirando sua luta e determinação cada vez mais. Seus passos me guiam e seu amor me conduz. À Tharsila, pelo acompanhamento minucioso de toda essa trajetória e apoio incondicional de todas as horas. Ao Hugo, que sonha junto comigo esta realização há anos e dividiu comigo cada passo, minha sincera gratidão por seu amor e companhia.

Meu agradecimento sincero e especial à Professora Sara Casaca, cujo trabalho e carreira inspiram-me desde o Brasil. Agradeço por todos os ensinamentos passados durante minha formação e pela paciência, seriedade e carinho que dedicou a este trabalho.

Agradeço também à Professora Maria Salet Novellino, por todas às suas contribuições a este trabalho e à minha formação, sempre atenciosa, especialmente nos momentos de maior dificuldade.

No âmbito deste trabalho, deixo um agradecimento à todas as pessoas que me apoiaram de alguma forma nestes meses difíceis e contribuíram para sua conclusão, com especial às queridas tias Raílda e Eliane.

Meu muito obrigada a todos/as os/as professores/as do ISEG e UERJ que compuseram minha formação e trouxeram-me a esse momento. Agradeço também a todos/as aqueles/as que, direta ou indiretamente, apoiaram-me na mudança e adaptação a Portugal.

Agradeço especialmente às mulheres entrevistadas por compartilharem sua história e por todas as lições de vida, força e superação passadas.

Por fim, agradeço o enorme aprendizado e realização pessoal que este trabalho me trouxe diante da superação de todas as dificuldades vivenciadas durante sua execução.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as mulheres brasileiras conquistaram diversos direitos como acesso ao divórcio, métodos contraceptivos, leis de proteção à violência doméstica etc. Entretanto, apesar dos seus crescentes níveis de escolaridade e trabalho, têm se tornado cada vez mais pobres e sobrerrepresentadas dentre a população pobre. As mulheres negras destacam-se neste grupo, podendo afirmar-se que a pobreza brasileira tem gênero e cor. A pobreza feminina crescente, denominada feminização da pobreza, está presente em diversos países, considerados desenvolvidos ou não.

A pobreza feminina sempre existiu por diversas razões, entretanto, a extensa literatura acerca do assunto conclui que o número crescente de domicílios monoparentais femininos está na origem desse deterioramento socioeconômico recente. Os domicílios monoparentais femininos são mais vulneráveis por apresentarem menores rendimentos e maiores despesas: salários femininos estão usualmente abaixo da média e a maioria dos domicílios monoparentais femininos abriga crianças, cuja responsabilidade é socialmente atribuída às mulheres. Percebe-se, então, que as barreiras que as impediam de acessar direitos e serviços foram transpassadas, mas outras persistem – socialmente enraizadas e reproduzidas invisivelmente – e tem causado empobrecimento às mulheres, entre outros danos. Este trabalho propõe-se analisar a feminização da pobreza com enfoque às mulheres responsáveis por famílias monoparentais (doravante MRFM) e suas mazelas, associadamente às políticas públicas direcionadas ao combate à pobreza e às desigualdades de gênero. Optou-se por abordar o Brasil, cujas enormes dimensões econômica e populacional se associam-a profundas desigualdades sociais, combatidas sob atuação de relevantes programas de assistência social.

O enquadramento teórico baseou-se na revisão da literatura acerca da conceptualização e fundamentação da feminização da pobreza, da compreensão da vulnerabilidade econômica dos domicílios monoparentais femininos e do papel do Estado no apoio às MRFM – para o qual foi considerada a interseção entre o paradigma do desenvolvimento humano de Sen e igualdade de gênero.

Para percepção numérica da realidade brasileira recente, procurou-se analisar as dissoluções conjugais e a ocupação feminina do mercado de trabalho – indutores da feminização da pobreza – e o crescente número de domicílios monoparentais femininos e os níveis de encarceramento feminino – consequências da feminização da pobreza. As

políticas de assistência social e combate à pobreza no Brasil foram elencadas através de sua relação, direta ou indireta, com a feminização da pobreza e seu combate. Realizou-se trabalho de campo em diferentes cidades brasileiras, onde foi possível conduzir dez entrevistas semiestruturadas com MRFM de diferentes idades e classes sociais.

O trabalho está dividido em duas partes, enquadramento da problemática e estudo empírico. Na primeira, é realizada toda a revisão da literatura, análises de dados numéricos sobre a situação feminina no Brasil e de informação relativa ao papel do Estado no alívio da pobreza. A segunda parte é dedicada ao trabalho de campo, em que se descreve a metodologia utilizada e a análise dos resultados obtidos. Por fim, apresenta-se uma conclusão.

2. ENQUADRAMENTO DE PROBLEMÁTICA

2.1 Enquadramento teórico

O conceito feminização da pobreza foi introduzido por Pearce em *“The Feminization of Poverty: Women, Work and Welfare”* (1978). Pearce dedicou-se a compreender por que as mulheres estavam cada vez mais representadas entre a população pobre estadunidense, com resultados igualmente observáveis em outros países ditos desenvolvidos (Novellino, 2004; Bastos, A., et al., 2009).

Este processo é estudado isoladamente por ocorrer de maneira contrária ao esperado na segunda metade do século XX: os direitos conquistados pelas mulheres, como maior independência pessoal – relacionada ao número crescente de divórcios – e inserção no mercado de trabalho – com melhores oportunidades de acesso à educação e trabalho remunerado – deveriam influenciar positivamente sua classificação social (Pearce, 1978). A feminização da pobreza surge então a partir de paradoxo das sociedades modernas ocidentais: a busca feminina por maior independência lhes resultou numa exposição à pobreza cada vez maior (Bastos, A. et al., 2009). “Across countries lone parents, especially women, have a very high risk of poverty. Divorce or the financial situation that results from it is a key contributor.” (Daly, 1992, p. 4).

Em Bastos, A. et al (2009), os/as autores/as defendem que homens e mulheres vivenciam a pobreza diferentemente e por razões distintas, sendo as mulheres mais suscetíveis à vulnerabilidade social. Argumentam, portanto, que a pobreza não é um fenômeno indiferente às desigualdades de gênero, devendo este viés ser aplicado à sua compreensão.

Pearce observou um crescente número de domicílios monoparentais femininos pobres, levando-a a questionar-se: “what are the economic and social consequences of being female that result in higher rates of poverty?” (Pearce, 1978, p. 28). Ao focar no aumento dos domicílios monoparentais femininos como principal vetor para a intensificação da feminização da pobreza, propôs sua análise a partir de três fontes de rendimento: i) salários; ii) transferência privada – fornecida pelos progenitores dos/as filhos/as para sustento parcial. Seu nível de utilização é lamentavelmente baixo: há pais que não contribuem por sua própria pobreza e há aqueles com recursos, mas que, diante da ausência de sistema penalizador, não o fazem (Pearce, 1978; Novellino, 2004) e iii) transferência pública – papel fundamental dos governos, executado através de programas sociais de redução da pobreza (Pearce, 1978). Muitos estudos subsequentes a Pearce dedicaram-se ao papel do Estado no apoio a essas mulheres, originando mundialmente diversos programas sociais.

2.1.1 Fatores condicionantes

“Women are underutilised, underpaid, underappreciated and over-exploited.”

In: Christine Lagarde in Diane Perrons (2015), p. 209

É importante ressaltar que a vulnerabilidade feminina à pobreza apresenta-se de diversas formas: vivenciada por mulheres idosas, mulheres em coabitação com parceiros – frequentemente despercebida, visto que censos medem o rendimento do domicílio agregadamente – e, ainda, por outras formas de privação para além da pobreza quantitativa (Pearce, 1978; Robeyns, 2003; Novellino, 2004; Bastos, A., et al., 2009).

Entretanto, a feminização da pobreza tem sido atribuída principalmente ao crescente número relativo de domicílios monoparentais femininos dentre domicílios pobres mundialmente, sendo a maioria dos trabalhos sobre o tema centrada em estudá-los (Novellino, 2002). A literatura feminista explica este aumento por duas condições que, combinadas, produzem desigualdades no mercado de trabalho e menores rendimentos para as mulheres (Pressman, 2003):

- a) maior encargo familiar das mulheres após o divórcio e decorrentes impactos na sua vida profissional;

“Upon divorce the husband typically becomes a single man, the wife a lone parent. (...) in California the woman’s standard of living dropped by 73% on average in the first year of divorce whereas that of the husband rose by 42%.” (Daly, 1992, p. 4)

Através da atribuição histórica de papéis sociais masculinos e femininos imposta pelo conceito de família nuclear¹ definiu-se como função exclusivamente masculina prover o sustento, em ambiente externo, enquanto às mulheres cabia atuar em âmbito interno, através de responsabilidades familiares e domésticas. Esta realidade, entretanto, foi transformada com as reivindicações feministas do século XX, que possibilitaram às mulheres maior participação social e aquisição de novos direitos. O acesso ao trabalho remunerado, conquista fundamental, garantiu às mulheres independência financeira e ocupação de papel social que não o confinado ao âmbito familiar (Priore, 2013).

Todavia, a concepção de que filhos/as devem ser cuidados/as exclusiva ou principalmente pelas mães persiste e prejudica sua disponibilidade para o trabalho formal – especialmente para MRFM. Conseqüentemente, há maior vulnerabilidade feminina ao subemprego: mulheres concentram-se em empregos instáveis, apresentam interrupções na vida profissional e são maioria dentre desempregados/as e trabalhadores/as temporários/as e/ou *part-time*, considerados trabalhos “femininos” (Ferreira, 1993; Casaca & Peixoto, 2010). Nos domicílios monoparentais femininos, sendo a única provedora de rendimento, esta realidade compromete significativamente o orçamento familiar (Pearce, 1978; Pressman, 2003).

Mudanças sociais recentes, principalmente divórcios, aumentaram a feminização da pobreza (McLanahan & Kelly in Belchior & Novellino, 2008): há mais MRFM do que homens, sendo que, comparativamente, elas têm maiores taxas de pobreza nos países ocidentais (Christopher et al., 2002). Para Ferreira (1993), o encargo atribuído às funções reprodutivas femininas caracteriza a principal limitação à igualdade no mercado de trabalho, diante da concepção coletiva de que mulheres priorizam a família e não uma carreira.

Belchior e Novellino (2008) e Pearce (1978) defendem que a principal forma de aumentar a atuação laboral feminina é fornecer cuidados infantis – seja por parte do governo ou empresas.

b) segregação ocupacional por gênero no mercado de trabalho.

“Women predominate amongst the low-paid workers in most countries.”

In: Daly (1992), p. 5

¹ Casal heterossexual e filhos/as.

Apesar da inserção feminina no mercado de trabalho, persistem os estereótipos de género – associação de mulheres a atividades privadas e de homens às realizadas publicamente e de liderança (Belo, 2010) – e a distinção entre “profissões masculinas e femininas” – introduzida, inclusive, através da educação escolar (Bruschini, 1985). Mulheres entraram no mercado de trabalho devido às representações sociais tradicionais marcadas pela assimetria de género. Obtém-se, assim, larga segregação ocupacional de género: homens concentrados em profissões autoritárias e tecnológicas e mulheres, a partir da crença de que nasceram para servir, encontram-se em cursos dedicados ao outro – como áreas da saúde e serviços (Belo, 2010).

A segregação ocupacional em função do género é definida como a concentração de homens ou mulheres em certas profissões. Tal divisão sexual provoca organização social discriminatória, visto que há uma componente inexplicada na diferença salarial entre homens e mulheres para além de suas qualificações. A discrepância dos rendimentos simboliza a persistente desigualdade de género: mulheres concentram-se em setores de menor remuneração, qualificação e prestígio (Ferreira, 1993; Belo, 2010). Ocupações predominantemente femininas são menos valorizadas socialmente, sendo a associação antropológica do masculino a atividades produtivas e do feminino a atividades reprodutivas evidenciada pela apropriação dos homens de funções que contém maior valor social adicionado (Vaz, 2010).

“Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem ‘vale’ mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas.”

In: Hirata & Kergoat (2007), p. 599

A segregação ocupacional tem grande impacto sobre a pobreza. Segundo Pearce, MRFM receberiam 36% a mais se fossem homens, *ceteris paribus*. Já Pressman (2003) conclui que a pobreza feminina seria reduzida em média em 20-25% caso MRFM ocupassem cargos de maior remuneração. Os baixos salários das mulheres são, portanto, comumente defendidos como uma das principais causas da feminização da pobreza (Belchior & Novellino, 2008).

2.1.2 Políticas públicas e o papel do Estado

O Estado desempenha um importante papel no alívio da pobreza feminina através de políticas públicas, diante da dificuldade de MRFM obterem rendimentos e sua consequente dependência de apoios do governo (Pressman, 2003). Propõe-se a seguir uma análise de bem-estar individual a partir da abordagem Amartya Sen e apresentação de políticas públicas adotadas em diferentes contextos de desenvolvimento.

No enquadramento teórico da abordagem das capacidades propõe-se medir a qualidade de vida através de capacidades individuais – referentes a ser ou fazer –, cuja realização plena correspondente à concretização do potencial individual máximo (Robeyns, 2003). Para Sen, a economia do desenvolvimento deve priorizar a remoção de restrições à expansão de capacidades e funcionalidades (Fukuda-Parr, 2003).

O paradigma do desenvolvimento humano considera a pobreza multidimensional, visão a partir da qual estudos centralizados em privações económicas apresentam limitações, especialmente em contextos socioeconómicos vulneráveis: aqueles privados de oportunidades podem, diante da realidade que conhecem, considerar-se satisfeitos e não aceder seu potencial máximo – situação suscetível à transmissão intergeracional da pobreza. A obtenção de recursos, contudo, é relevante para Sen por determinar, muitas vezes, a diferença nas capacidades estabelecidas dos indivíduos. O crescimento económico deve ser, portanto, apenas o meio e não a finalidade das políticas públicas (Fukuda-Parr, 2003; Robeyns, 2003; Belchior & Novellino, 2008).

A sensibilidade da abordagem das capacidades permite cercear restrições sociais que delineiam o papel das mulheres em sociedade, abrangendo seus direitos humanos, sociais e políticos – cuja alienação as torna mais vulneráveis, inclusive financeiramente (Robeyns, 2003; Perrons, 2015).

O argumento de Robeyns (2003) aproxima-se do paradigma de Sen acerca das desigualdades de género por considerar as capacidades individualmente, desagregando o bem-estar das mulheres no contexto familiar. A autora sugere algumas capacidades a serem consideradas: i) saúde mental: associada à pressão social do cuidado, sendo MRFM particularmente mais vulneráveis; ii) relações sociais: mulheres são usualmente amparadas por redes informais, enquanto homens integram extensivas redes públicas; iii) trabalho não remunerado: mais oneroso em famílias monoparentais, principalmente àquelas que não podem terceirizá-lo; iv) mobilidade: mulheres tendem a apresentar liberdade reduzida devido à dificuldade de locomoção de dependentes sob sua

responsabilidade –, diretamente associado aos demais pontos, comprovando-se que deve o Estado investir não tão somente em aspectos financeiros.

A abordagem do desenvolvimento humano permite uma compreensão ampliada das complexidades de países em desenvolvimento e proporciona uma agenda mais sensível ao gênero do que as alternativas, tendo desempenhado importante papel no ganho de influência de minorias em instituições sociais e políticas (Fukuda-Parr, 2003; Perrons, 2015). “Human development is a process of enlarging the choices of all people (...). Such a process becomes unjust and discriminatory if most women are excluded from its benefits.” (UNDP, 1995, in Fukuda-Parr, 2003, p. 308).

Há políticas públicas destinadas a mulheres em muitos países. Inclusive autores que defendem políticas universalistas reconhecem a necessidade de uma perspectiva sensível ao gênero na concepção de programas governamentais (Novellino, 2004). Pearce (1978) dedicou-se ao *Aid to Families with Dependent Children*, nos Estados Unidos, com iniciativas semelhantes em países da Europa e da América Latina (Christopher et al., 2002; Novellino, 2008). Buvinic e Gupta (1994) in Novellino (2004), ao analisarem a relação entre a responsabilidade domiciliar feminina e a condição de pobreza em diferentes contextos socioeconômicos recomendam que avaliações para países ditos desenvolvidos não devem influenciar aquelas para países em desenvolvimento.

“Chant examines (...) the ‘feminization of poverty’ in the so-called ‘Global South’; (...) if women-headed household are indeed amongst the ‘poorest of the poor’, then focusing on this particularly situated group makes a good poverty intervention program and social policy. This thesis has become perhaps the singular, most important argument to justify women-focused projects and programs in the developing world (...).”

In: Angeles (2009), p. 2

O *Aid to Families with Dependent Children* foi criado em 1935 para realizar transferências de rendimento de cunho emergencial e estimular as mulheres a permanecerem em casa com seus/suas filhos/as; em 1960, a maioria das receptoras era MRFM. Nesta altura, foram implementadas medidas que permitissem sua redução – como formação profissional às beneficiárias e subsídios a testes de paternidade compulsórios – entretanto, sem sucesso, visto que o programa se tornou solução permanente à dificuldade de acesso a recursos enfrentada por essas mulheres (Novellino, 2008). Para Pearce (1978) o programa institucionalizava a pobreza feminina através da

dependência financeira: falhava em propor soluções duradouras e garantir um nível mínimo de rendimento. Para ela, o programa deveria capacitar estas mulheres e promover melhores condições para adentrarem o mercado de trabalho – incorporando o reconhecimento de que a pobreza feminina e a masculina são essencialmente diferentes.

Christopher et al. (2002) concluíram que há grandes variações em políticas direcionadas a MRFM nos países ditos desenvolvidos. Os escandinavos e a França destacam-se positivamente por oferecer um “*income packaging*”, em que famílias recebem transferências de rendimento e benefícios, como proteção ao trabalho e ofertas de creches subsidiadas. Além disso, juntamente com a Alemanha e a Holanda, fornecem apoio financeiro às crianças de pais financeiramente ausentes. Nestes países com programas direcionados e acesso ao rendimento garantido, há menores taxas de pobreza feminina. Não é o caso para aqueles com débil apoio às mulheres, especialmente quanto a políticas de emprego, como Estados Unidos, Austrália e Canadá.

No mundo em desenvolvimento, a África e a América Latina apresentam perfis semelhantes quanto aos domicílios monoparentais femininos (Novellino, 2008). Na África do Sul, a sua incidência acelerou expressivamente após o apartheid – período com maior integração feminina nos meios acadêmico e laboral –, crescendo 73,6% em 15 anos. Apesar de várias iniciativas públicas após 1994, como assistência às necessidades infantis e mudanças na legislação trabalhista, os domicílios monoparentais femininos são percebidos como altamente vulneráveis no país. Persistentes desigualdades económicas entre homens e mulheres podem ser apontadas, como: acesso diferenciado ao mercado de trabalho, ao crédito e à propriedade privada (Flatø et. al, 2017).

Na América Latina, três países merecem destaque: Chile, Costa Rica e Brasil, abordado posteriormente em seção exclusiva. O pioneiro Chile lançou em 1991 um projeto piloto exclusivo às MRFM, transformado posteriormente em programa nacional. O objetivo era promover maiores rendimentos e níveis de bem-estar às mulheres e suas famílias não através de transferências, mas de orientação produtiva com formação, melhorias de domicílio e acesso a serviços de creches, saúde e cidadania (Novellino, 2008).

Na Costa Rica, os domicílios monoparentais femininos constituem parcela cada vez maior da população e sua representação entre os domicílios pobres também cresceu expressivamente, de 19,6% (1987) para 33,5% (2005). Em termos de pobreza extrema, há uma preocupação maior: apesar da parcela de domicílios nesta categoria em relação

ao total ter caído de 9,1% (1990) para 5,6% (2005), os domicílios monoparentais femininos em pobreza extrema cresceram de 25,7% para 43,5% (Chant, 2009).

Paradoxalmente, as últimas décadas foram marcadas por diversas conquistas nesta esfera, com aplicação de programas direcionados a mulheres de baixo rendimento, principalmente MRFM (Chant, 2009). O aumento de domicílios monoparentais femininos no país está relacionado com mudanças sociais e legislativas que contribuíram para fortalecer a possibilidade de libertação feminina de relações desiguais através da garantia de direitos e flexibilização de noções de ‘família’ – como acesso a divórcio, direito à propriedade e repressão à violência doméstica. Merece destaque a ‘Lei para Mulheres em Condição de Pobreza’, focada em permitir que as receptoras se tornassem independentes. Esta originou um programa de apoio inicialmente direcionado às MRFM – consideradas ainda como prioridade aquando da sua expansão – através da garantia de rendimento mínimo e serviços essenciais enquanto realizavam cursos de desenvolvimento pessoal – autoestima, cidadania e combate à violência — e qualificação – capacitação técnica para integração no mercado de trabalho. Estima-se que, entre 2002-2004, as MRFM corresponderam a 50% das beneficiárias e, entre 2002-2006, cerca de 24.000 mulheres em condição de pobreza ou extrema pobreza foram contempladas com reformas ou aquisição de casas. Outras iniciativas relevantes foram: programas de proteção a mães adolescentes através de formação educacional, e a lei da Paternidade Responsável, com exercício compulsório de testes de DNA, garantindo às crianças o direito ao reconhecimento paternal e assistência financeira (Novellino, 2008; Chant, 2009).

Para Chant (2009), estas políticas possibilitaram às mulheres oportunidades para se esquivarem de desigualdades domésticas e contornarem as privações derivadas desse rompimento. Mulheres apresentam maior tendência para dispender o rendimento com a família do que homens e mães são geralmente o progenitor cuja presença é mais estável nos domicílios. Logo, para reduzir a pobreza é imprescindível lhes direcionar os recursos adequados e resguardar sua independência financeira (Chant, 1998).

Ao abordar a intersecção entre género e pobreza em países em desenvolvimento, Chant defende a importância de serem considerados os contextos e as suas complexidades aquando da determinação de políticas sociais direcionadas à pobreza e às desigualdades de género simultaneamente. Deve se priorizar a compreensão de questões culturais e normas sociais e estimular a participação masculina – principalmente nas esferas

doméstica e reprodutiva (Angeles, 2009). Dessa forma, evita-se não só as desigualdades de gênero que derivam da formação de domicílios monoparentais femininos, mas também as que estimulam a sua existência e todas as demais que prejudicam as mulheres na sociedade.

2.2 A situação das mulheres no Brasil

Os Censos Demográficos brasileiros apenas reconheceram as mulheres como possíveis “pessoas responsáveis pelo domicílio”² em 1980, tornando possível, assim, que os domicílios sob responsabilidade feminina (doravante DSRF) englobem todos os possíveis arranjos familiares³ (Cobo et. al, 2002; Cavenaghi, 2006).

Os DSRF têm crescido exponencialmente no Brasil⁴. Entre 1995 e 2015 cresceram 200% em valores absolutos e 77% em participação nos domicílios brasileiros totais, representando em 2015 40,5% dos totais 70,7 milhões. O aumento verificou-se em todos os casos considerando-se responsáveis brancas, negras⁵, residentes urbanas e rurais – com destaque para negras – e em todas as regiões brasileiras, que apresentam homogeneidade entre as proporções regionais e convergência para a nacional. O mesmo acontece para responsáveis brancas, negras e/ou residentes urbanas dentre os domicílios brasileiros totais.

Importa destacar que os domicílios monoparentais femininos se mantêm em proporção estável de entre os domicílios brasileiros totais no período, mas tem perdido espaço dentro da categoria DSFR (-28,8%) para “casais com/sem filhos/as”. Os DSRF estão majoritariamente sob responsabilidade de mulheres negras desde 2006, sendo estas predominantes nos domicílios monoparentais femininos desde 2003. Em 2015 as negras dominavam todos os arranjos familiares, exceto unipessoal feminino, inversamente a 1995, quando as brancas apenas não predominavam na forma de família “casal com filhos/as”. Há que se destacar a persistente desigualdade racial no país e os entraves à mobilidade social da população negra: são maioria entre pobres e desempregados/as e apresentam menores níveis de escolaridade e rendimento médio do trabalho (Silva, 2018; Conceição, 2019). Em 2009, por exemplo, 91,2% dos domicílios rurais chefiados por negros/as não dispunham de máquina de lavar, realidade de apenas 37,9% dos domicílios

² Definidas pelos/as próprios/as moradores/as aquando questionados pelo Censo.

³ Casais com/sem filhos/as, mulher com/sem filhos/as, homens com/sem filhos/as e unipessoal feminino ou masculino.

⁴ IPEA < <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores.html>>.

⁵ Pretas e pardas.

urbanos chefiados por brancos/as – incorrendo em maior trabalho doméstico, realizado sobretudo pelas mulheres (negras) (IPEA, 2011).

Desagregando-se os DSRF por rendimento nominal em salários mínimos, é possível confirmar relação inversamente proporcional entre a sua concentração e o rendimento. De acordo com o Censo 2010, é possível desagregar domicílios com rendimentos até um salário mínimo e observar esta tendência, chegando os DSRF a representar 62% para a faixa um-quarto de salário mínimo. Adicional e alarmantemente, sua participação dentre domicílios em que o/a responsável não possui rendimentos dobrou: de 29% (2000) para 58% (2010)⁶. Visto que a maioria dos DSRF não possui a presença de cônjuge com possibilidade de contribuição para o rendimento familiar – diferentemente daqueles sob responsabilidade masculina –, confirma-se, assim, a sua maior vulnerabilidade econômica. Há ainda uma diferença entre o rendimento de mulheres responsáveis, uma “penalização” pela ausência do cônjuge, de modo que aquelas solteiras recebem apenas 80% do rendimento de mulheres responsáveis com cônjuge no caso de famílias com filhos/as (2009). Dos domicílios monoparentais femininos com todos/as os/as filhos/as menores de 16 anos, 46,6% tinham rendimento per capita de até um salário mínimo e, para famílias com filhos/as, mulheres responsáveis ganhavam 66% do rendimento recebido por homens na mesma situação (2009) (Vianna, 2014).

Até 2010, a concessão de divórcios no Brasil era permitida apenas após realização prévia de separação judicial que anulasse a sociedade conjugal, o que foi revogado com a implementação de regra constitucional que simplificou o processo (Carvalho, 2011). Dados disponíveis sobre separação judicial e divórcios vão de 1985 até 2013 e 2017⁷, respectivamente. Houve um aumento praticamente contínuo dos processos de separação judicial até 2006, caindo progressivamente até ao seu desuso. Destes, os processos não consensuais representam em média 22,6% do total registado nesse período, sendo a maioria requerida pela mulher, com média de 71,5%. Considerando-se os arranjos familiares possíveis⁸ para todos os processos no período, prevalecem “filhos/as menores de idade”, com média 75,2%. Destes, a guarda foi concedida às mulheres (média de 90%), aos homens (6%), a ambos (2,3%) ou outros/as.

⁶ Censos são realizados decenalmente, não havendo dados mais recentes.

⁷ Fonte: IBGE(<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7135>). Cálculos realizados pela autora. Considerou-se somente processos concedidos em 1ª instância.

⁸ “Sem filho/as”, “filho/as maiores de idade”, “filho/as menores de idade” e “filho/as maiores e menores de idade”.

O número de divórcios cresceu progressivamente, principalmente após a mudança legislativa: 731% (1985-2017) e 52,5% (2010-2011). Os processos não consensuais foram igualmente mais solicitados por elas: média de 53,5%, com aumento notório desde 2011, atingindo 60% em 2017. As observações para a prole também se repetem: divórcios com filhos/as menores de idade são a maioria, com uma incidência média de 56,8%, e a guarda é atribuída maioritariamente às mulheres – média de 87,6%. Para os homens a média é 7,1%, mas estagnou-se em 5,7% nas duas últimas décadas. A guarda concedida a ambos merece destaque, com implementação de lei⁹ em 2014 que a prevê como regra: a média prévia à 2014 é de apenas 3,5% e salta para 16,9% (2015-2017). A participação da guarda compartilhada apresenta a seguinte evolução: 7,5% (2014), 12,9% (2015), 16,9% (2016) e 20,9% (2017).

Em 2018, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho (52,7%) era inferior à masculina (71,5%)¹⁰ (IBGE, 2019a). Elas correspondiam a 43,8% dos/das 93 milhões de empregados/as e à maioria da população desempregada. O nível de emprego masculino foi superior ao feminino durante o período 2012-2019 e em todas as regiões, atingindo 63,7% contra 44,9% em 2019⁹ (IBGE, 2019b).

Um estudo sobre algumas regiões metropolitanas brasileiras¹¹ constatou que em 2015 as mulheres destas regiões representavam: a maioria da população não economicamente ativa (63,6%) e daquela em idade ativa (54,2%), mas a minoria da população empregada (46,2%). Já para todo o país, elas eram maioria entre os/as subempregados/as entre 2012-2019, com 54,5% em 2019. Esta realidade, infelizmente, induz o país à improdutividade e marginalização. Em 2009, 41% das mulheres responsáveis pelo domicílio eram inativas contra apenas 16% dos homens (IPEA, 2011).

O rendimento médio real recebido no trabalho principal foi sempre maior para os homens entre 2012-2019. Entretanto, apesar de persistente, a diferença tem caído: de 29,2% (2003) para 20,5% (2018). A desigualdade de rendimentos dissemina-se por todas as ocupações e acentua-se com a idade e cor/raça: as mulheres recebem menos do que homens da mesma cor, sendo em média o rendimento de toda população preta/parda cerca de 60% da branca¹².

⁹ Lei nº 13.058.

¹⁰ Quarto trimestre.

¹¹ IBGE, 2016.

¹² IBGE.

O mercado de trabalho brasileiro apresenta uma acentuada segregação ocupacional por gênero que, para ser eliminada, 36,4% de pessoas precisariam mudar de profissão em 2009 – valor superior a 2004 (34,4%) (OIT, 2012). A concentração feminina setorial em 2018 era maior entre trabalhadores/as domésticos/as (95%), professores/as do ensino básico (84%), trabalhadores/as de limpeza (75%) e centrais de atendimento (73%).

Um efeito pouco explorado da feminização da pobreza é o encarceramento de mulheres, em sua maioria provenientes de ambientes vulneráveis onde sofrem discriminação, exclusão e violência¹³. O número de detentas no Brasil cresceu 567%, de 5.600 para 42.355 (2000-2016), atribuindo-lhe o 3º lugar na lista de países com maior número de mulheres encarceradas¹⁴ (FGV, 2018). São em sua maioria jovens, desempregadas, com baixa escolaridade, mães de mais de um/a filho/a¹⁵ e MRFM. No Estado do Rio de Janeiro, 65% são negras, 86% solteiras e a maioria tem entre 18-30 anos e/ou é MRFM com filhos/as menores de idade¹⁶ (FGV, 2018).

O principal crime que as encarcera, com representação de 62% (2014), é associação com tráfico de drogas ilícitas, chegando a 89% nos estados fronteiriços (Cortina, 2015). As justificativas retratam sua vulnerabilidade: dificuldade em inserirem-se no mercado de trabalho por falta de qualificação e necessidade de cuidar dos/as filhos/as, além da consequente incapacidade de sustentar a família. A ocupação na cadeia do tráfico permite-lhes obter maiores rendimentos e conciliar trabalho e cuidado aos/as filhos/as (Cortina, 2015). O mercado de drogas ilícitas, por sua vez, perpetua a segregação supramencionada: as mulheres ocupam posições mais subalternas e expositivas – mais vulneráveis – e não integram a gestão ou altos cargos hierárquicos.

Os presídios foram construídos por e para homens e são maioritariamente geridos por eles. Há informação de que a experiência penitenciária feminina viola direitos humanos, oprime e aprofunda desigualdades, como atribuição de trabalhos considerados “femininos” – como lavarem a roupa dos detentos. Os estudos realizados apontam a imperiosa necessidade de políticas públicas direcionadas a essa parcela esquecida da população – dentro e fora do cárcere – para reverter a posição de inferioridade e exclusão social que condenam não só a si, mas também a seus/suas filhos/as (Cortina, 2015).

¹³ Estima-se que 90% sofreram algum tipo de violência ao longo da vida.

¹⁴ Comparado à taxa de 100 mil habitantes.

¹⁵ 64% declararam ter pelo menos um/a filho/a (2016).

¹⁶ Muitas relatam culpa e sofrimento pelo desamparo de seus/suas filhos/as (FGV, 2018).

2.3 As políticas públicas de combate à pobreza no Brasil

A política de assistência social brasileira durante o século XX até ao término da ditadura militar (1964-1984) resume-se à concessão de benefícios exclusivos a trabalhadores/as com filhos/as¹⁷(Bichir, 2010). Após a redemocratização, a Constituição de 1988 propôs a garantia de direitos humanos e a expansão e universalização do sistema de provisões sociais e serviços (Both e Pinheiro, 2017). Entretanto, as políticas de ajuste económico priorizadas a seguir atravancaram as políticas sociais, ocasionando, maiores níveis de precarização, desigualdade social e pobreza (Garcia & Monteiro, 2019).

No final da década de 1990 surgiram iniciativas para corrigir distorções sociais e garantir rendimento mínimo e acesso a serviços à população pobre: concessão federal de apoio financeiro a municípios específicos a fim de serem destinados às famílias de baixo rendimento, universalizada em 2001, e implementação de uma rede de proteção social a grupos vulneráveis, como crianças em situação laboral¹⁸, idosos/as, portadores/as de deficiências e trabalhadores/as rurais (Bichir, 2010; Garcia & Monteiro, 2019). Contudo, a assistência social evoluiu descentralizada e descoordenadamente, com ações fragmentadas – apesar de destinadas ao mesmo público – e sob fracas fiscalização e interação entre esferas governamentais (Garcia & Monteiro, 2019). Surge, assim, em 2001 o Cadastro Único, para identificação e caracterização socioeconómica de famílias de baixo rendimento (MDS, 2016c).

Os indicadores socioeconómicos alteraram-se completamente no governo de Lula (2003-2010). O sistema de assistência social foi expandido – incluindo seu orçamento – e consolidado, e o Cadastro Único aprimorado¹⁹, fundamental para ampliação dos benefícios sociais (MDS, 2016a). O Programa Bolsa Família (doravante PBF) foi criado em 2003 visando a transferência direta de rendimento a famílias em situação de pobreza a partir da unificação de ações provenientes da gestão anterior²⁰ e protagoniza a adoção de políticas sociais focalizadas. Estas são guiadas pelo princípio da equidade, visam suprir carências agudas de parcelas da população e viabilizar seu acesso a serviços (Bichir,

¹⁷ Salário Família: instituído na década de 1930 e destinado a trabalhadores/as com filhos/as. Atualmente é pago apenas aos/as empregados/as com rendimento abaixo do limite estipulado. Fonte: INSS.

¹⁸ Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: políticas públicas voltadas ao enfrentamento do trabalho infantil, como transferências de rendimento e oferta de serviços socioeducativos. Fonte: MC.

¹⁹ Base de dados para identificar famílias de baixo rendimento e potenciais beneficiários/as de programas sociais (MDS, 2016c).

²⁰ Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Programa Nacional de Renda Mínima, Cadastramento e Auxílio-gás. O PETI é incorporado em 2005 (MDS, 2016a; Bichir, 2010).

2010; Amado, 2018). A sua utilização em detrimento de políticas universalistas tem estimulado o debate científico: alguns/mas autores/as acreditam que provoca dependência nos/as beneficiários/as, enquanto outros/as defendem que permite o uso mais eficiente dos recursos. Bichir (2010) sugere que são complementares, e não exclusivas, pois as políticas focalizadas, ao corrigirem incoerências, conduzem à universalidade. O sistema de proteção social brasileiro resume-se à garantia de rendimento, serviços de oferta universal e enfrentamento de desigualdades associadas a públicos específicos (MDS, 2016c).

O PBF é um programa de transferência direta de rendimento direcionado a famílias em situação de pobreza/extrema pobreza, selecionadas a partir do rendimento familiar per capita, e o valor mensal recebido é definido em função da composição familiar e da agregação a outros benefícios²¹. Para continuidade do recebimento do PBF exige-se o cumprimento por parte das famílias de algumas medidas referentes ao acesso dos/as beneficiários/as à saúde e educação²² (MDS, 2007). Tais condições são publicamente justificadas pelo exercício da cidadania, possibilidade de identificar e corrigir falhas do Estado na provisão de serviços e quebra do ciclo intergeracional da pobreza a partir da perspectiva de capacidades desenvolvidas (Bichir, 2010; IBGE, 2011). Para famílias em extrema pobreza o PBF assume caráter puramente assistencialista por não estipular condições a manutenção de seu recebimento (Garcia & Monteiro, 2019).

Entretanto, há autores/as que associam a previsão de contrapartidas dos/as beneficiários/as à pressão de setores conservadores baseada na rejeição ao recebimento de rendimento sem “mérito” (Bichir, 2010). O seu cumprimento apresenta altas taxas, regularmente fiscalizadas através da integração entre municípios, Estados e Federação e intersetorial – diante da complexidade de problemas sociais (MDS, 2014b; MDS, 2016c).

O PBF é o maior programa de transferência direta de rendimento condicionado do mundo, reconhecido internacionalmente por sua eficiência alocativa e efetividade – associa milhões de beneficiários/as e baixos níveis de erros – tendo o Brasil recebido missões de 97 países com o intuito de aprenderem sobre o programa (MDS, 2016b). O PBF pode ser enquadrado nas políticas nacionais do Estado e não de governo, visto que

²¹ Fonte: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/como-funciona>>

²² Crianças abaixo de sete anos devem ser vacinadas e acompanhadas. Gestantes, puérperas e lactantes também devem ser acompanhadas. Crianças/adolescentes de seis a 17 anos devem estar matriculados/as na escola e com frequência >= 85% (seis a 15 anos) ou => 75% (16-17) (MDS, 2007).

sucessivos presidentes mantiveram o seu nome e estrutura (Amado, 2018). O seu sucesso atribui-se principalmente ao aumento do gasto social e direcionamento aos mais vulneráveis (MDS, 2016a), com a inovação de fornecer benefícios desassociados à condição de atividade do/da receptor/a. Os/As beneficiários/as adultos/as, por sua vez, estão maioritariamente ativos/as no mercado de trabalho (MDS, 2016c), sendo sua taxa de emprego mais elevada quando comparada com a dos/as não beneficiários/as. São, ainda, capazes de exercer ocupações de maiores estabilidade e remuneração pois o benefício garante-lhes a subsistência e complementa o rendimento do trabalho, insuficiente ou incerto, de forma que não necessitam do mercado de trabalho para suprirem necessidades básicas (MDS, 2014b; Bichir, 2010). A relevância do PBF é maior quanto menor for o rendimento domiciliar, sendo progressivamente substituído pelo rendimento do trabalho para extratos superiores. A priorização das famílias em detrimento dos indivíduos ilustra o seu comprometimento no combate ao ciclo intergeracional da pobreza (Amado, 2018; MDS, 2016c).

Em 2011 o PBF foi incorporado no Plano Brasil Sem Miséria, criado para preencher lacunas do PBF e acelerar a queda da extrema pobreza através da garantia de rendimento, inclusão produtiva e acesso a serviços. Havia 22 milhões de pessoas em extrema pobreza, apesar de receberem o PBF, em 2011 (MDS, 2016a). Promoveu-se um reajuste do PBF, a criação de benefício adicional específico para essa população e o aumento do limite familiar máximo de benefícios (MDS, 2014b). Composto por vários programas, o Plano Brasil Sem Miséria concentrou-se na população historicamente invisível e excluída através do cadastramento de milhares de residentes em áreas remotas – o CadÚnico contava com 81 milhões de pessoas em 2015 – e obteve êxito em retirar todos os 22 milhões de brasileiros/as da extrema pobreza honrando o direito universal de rendimento mínimo. Os avanços foram expressivos – reconhecidos por instituições internacionais – e o país deixou o Mapa da Fome das Nações Unidas (MDS, 2016b).

As mulheres são as principais beneficiárias responsáveis (>90%) por programas sociais, sob argumento de direcionarem os recursos em prol da família – o que acarreta divergências de opinião quanto aos impactos na igualdade de género. Alguns/mas autores/as sugerem que se confisca das mulheres autonomia e disponibilidade para o trabalho remunerado, reforça papéis de género e funções reprodutivas – ao invés de produtivas – e as sobrecarrega de obrigações (Novellino, 2004; IBGE, 2011). Já outros/as defendem que assim procura-se conciliar o combate à pobreza com o incentivo à

autonomia feminina, através do fortalecimento de sua autoridade na família – contra o historicamente reduzido poder de negociação doméstico. Conquistam também independência pessoal, inclusive para participação no mercado de trabalho e uso de contraceptivos, e cidadania, com obtenção de documentos de registo e acesso bancário. Uma pesquisa qualitativa (2014-2015) revela que o recebimento do PBF permitia às beneficiárias contribuir financeiramente em casa, o que lhes provocava orgulho (MDS, 2016d). Assim, através de política universalista de redistribuição, corrige-se as desigualdades económicas e de género (Both & Pinheiro, 2017).

Com o objetivo de promover mudanças multidimensionais, o PBF tem sido associado a programas complementares, como geração de trabalho e rendimento e educação financeira (MDS, 2007): contribuem para melhorar a condição social feminina, especialmente através do acesso das futuras gerações à educação e ao trabalho. Há cada vez maior ingresso de beneficiários/as do PBF no ensino superior e 93% desse grupo são mulheres (2009-2012), um importantíssimo indicador de inclusão social (MDS, 2016a). O Planseq ofereceu aos/as beneficiários/as cursos de capacitação profissional em construção civil, contrariando a segregação ocupacional, mas houve poucas candidaturas femininas devido a indisponibilidade entre os trabalhos formal e doméstico – seja para MRFM ou não, comprovando desigualdades também em famílias nucleares (MDS, 2010). O “Futuro na Mão” tem enfoque na educação financeira de milhares de mulheres beneficiárias e redução de vulnerabilidade económica. Ao final, 81% a mais das mulheres passou a poupar e aumentou em 234% o dinheiro poupado (MDS, 2018). O “Programa Mulheres Mil” propõe-se a construir redes educacionais e profissionalizantes de carácter local, sendo o público alvo mulheres acima de 16 anos, MRFM, em situação de extrema pobreza, vítimas de violência e/ou com escolaridade defasada (MDS, 2015). Outras políticas como “Minha Casa, Minha Vida”²³ contribuíram para o recente aumento de domicílios monoparentais femininos (Vianna, 2014).

As políticas públicas atuais devem cada vez mais dedicar-se a conciliar o combate à pobreza com a promoção da igualdade de género – principalmente através da emancipação feminina e incentivo ao trabalho remunerado para MRFM.

²³ Financiamento e subsídio de moradias populares.

3. ESTUDO EMPÍRICO

3.1. Opções metodológicas e caracterização da amostra

Optou-se neste estudo pelo método qualitativo por ser o mais adequado dada a complexidade do fenômeno sob análise. O recurso a entrevistas semiestruturadas afigurou-se a técnica mais adequada, com base num guião pré-definido que, ainda, assim, possibilitava liberdade ao/a entrevistador/a – para aprofundar-se temas que lhe parecessem relevantes. Procurou-se apreender com a profundidade possível a perspectiva das pessoas entrevistadas, as suas vivências, as suas perceções e narrativas sobre as mesmas (Tong, Sainsbury & Craig, 2007; McIntonsh & Morse, 2015).

A entrevista semiestruturada deve ser realizada em estilo de “conversa guiada”, iniciada com perguntas descritivas generalizadas – que resultam em narrativa – com o intuito de estimular a fala e reduzir a inibição. Na experiência deste trabalho, todos os casos desenvolveram-se em estilo conversacional (o Guião consta do Anexo 1). As entrevistas foram presenciais, face a face, o que possui vantagens e desvantagens (McIntonsh & Morse, 2015). Entre as vantagens estão a comunicação não-verbal, a possibilidade de adequação das perguntas a cada situação e a observação de desconforto pessoal diante de um tópico específico. As desvantagens são a possível inibição do/da participante diante do contato direto – observada sutilmente em alguns casos – e o comprometimento de sinceridade nas respostas fornecidas – não observado, pois todas transpareceram autenticidade (Tong, Sainsbury & Craig, 2007; McIntonsh & Morse, 2015).

A amostra foi definida por conveniência, de caráter não-aleatório, em que membros da população alvo são incluídos/as a partir da sua correspondência a certas características práticas, como proximidade geográfica do/da pesquisador/a, facilidade de contato e disponibilidade em contribuir com o estudo. O método da conveniência, portanto, inviabiliza uma idêntica oportunidade de participação a toda população alvo, de modo que os resultados não possibilitam a elaboração de afirmações representativas generalizadas sobre a população total. (Etikan, Musa & Alkassim, 2016).

O trabalho de campo foi realizado em três cidades brasileiras: Rio de Janeiro/RJ, Juiz de Fora/MG e Valença/RJ – cujos diferentes portes conferem diversificação à amostra: metrópole (6,7 milhões de hab.)²⁴, cidade média (564 mil hab.)²³ e cidade pequena (76

²⁴ População estimada para 2018. Fonte: IBGE.

mil hab.)²³, respectivamente. Devido ao nível de anonimato requerido, optou-se por abordar as participantes através de indicações de contatos em comum com amigos/as e familiares da autora, e baseando-se nisto definiu-se as localidades. Todas as entrevistadas foram informadas dos objetivos do estudo, assinando ou declarando verbalmente o seu consentimento (a minuta da declaração consta do Anexo 2).

Delimitou-se como população-alvo da amostra MRFM no presente ou em momento passado expostas a vulnerabilidade económica em decorrência desta condição, obtendo-se um total de dez entrevistas semiestruturadas realizadas durante Maio e Junho de 2019. O grupo apresenta heterogeneidade quanto à faixa etária (32-75 anos), escolaridade, participação laboral e condições socioeconómicas.

A autora deslocou-se até a localização mais conveniente às entrevistadas, sendo escolhido/a seu local de trabalho (D, E, F e J), sua casa (A, G, H e I) e a casa das intermediárias (B e C). Apenas com C, único caso com reconciliação conjugal, a entrevista ocorreu na segunda tentativa: inicialmente ocorreria em sua casa, mas demonstrou desconforto com a falta de privacidade decorrente da presença do marido. Apesar de D e J terem sido interrompidas eventualmente por funcionários/as subordinados/as, todas foram realizadas com privacidade e em ambiente fechado – com exceção de B, realizada em meio à mata –, e duraram em média 1h30min. Foi-lhes explicado que a entrevista seria gravada, não seriam tratados assuntos com os quais sentissem-se desconfortáveis²⁵ e que a abordagem do conteúdo seria anônima.

3.2. *Análise e discussão de resultados*

Para análise dos resultados optou-se pelo uso de letras – A, B, C, D, E, F, G, H, I e J – na identificação das entrevistadas. Os resultados foram agrupados a partir de variáveis relevantes: contexto familiar de origem, domicílio e situação familiar, vulnerabilidade económica, fontes de apoio, o papel do Estado e perspectivas positivas. O *background* social revelou-se como variável de maior impacto, definido para agrupá-las e apresentá-las. A seguir, são descritos os grupos e depois realizada análise para toda a amostra.

3.2.1 *Do contexto familiar de origem à residência e situação familiar atuais*

O primeiro grupo (A e B) descende de família socioeconomicamente muitíssimo desfavorecida. Possuem o 1º ciclo do ensino básico incompleto em decorrência de sua pobreza: A vivia em comunidade rural isolada com escolas limitadas e B precisou de

²⁵ No geral, não houve resistências. Os assuntos mais sensíveis foram o comportamento dos companheiros, violência doméstica e aborto.

apoiar financeiramente a mãe, MRFM. São as únicas que não viveram exclusivamente em áreas urbanas. A migrou aos 29 anos e B mudou-se para comunidade quilombola²⁶, onde vive atualmente. Possuem o maior número de descendentes: A tem sete filhos/as e 17 netos/as e B, oito filhos/as²⁷ e 11 netos/as. Não recebiam/recebem apoio da família para cuidarem dos/as filhos/as, sendo as únicas a citarem que filhos/as mais velhos/as cuidavam dos/das menores. São também as únicas que receberam/recebem apoio do Estado específico para os/as filhos/as. Nos dois casos observou-se violência doméstica: A sofria-a recorrentemente²⁸, enquanto agressão violentíssima pontual motivou a terceira separação de B. Apresentam, entretanto, diferenças como idade (75 e 47 anos) e acesso a aposentadoria – A está aposentada, mas B não tem perspectiva de aposentar-se.

O segundo grupo (C e D) descende de família socioeconomicamente muito desfavorecida. Entre suas similaridades estão escolaridade – secundário incompleto –, gravidez após o matrimônio, aspiração pela maternidade e ausência completa de apoio dos ex-maridos. As suas diferenças derivam do facto de D ter dedicado-se veementemente ao trabalho, razão para interrupção dos estudos. Conseqüentemente, é o caso de maior ascensão social e ausentou-se da criação dos/as filhos/as. D divorciou-se por opção própria, enquanto C tornou-se MRFM por decisão do marido, e igualmente por ele interrompeu os estudos. Sua vida laboral foi intermitente e precária. Dependia, assim, financeiramente dos/as filhos/as e de doações.

O terceiro grupo (E, F, G e H) descende de família socioeconomicamente desfavorecida, representando H o caso mais dramático pois o pai era paraplégico e a mãe desempregada. Possuem o ensino secundário completo e G e H concluíram cursos técnicos profissionalizantes após os filhos crescerem. Todas trabalham atualmente com perspectivas de aposentarem-se. As quatro engravidaram fora do matrimônio por acidente: E não desejava ser mãe, mas não cogitou abortar por questões religiosas. Já as demais desejavam-no, mas lamentavam serem tão jovens. F não considerou abortar à época, mas hoje abortaria e H realizou várias tentativas falhadas e o segundo filho nasceu anémico. Suas idades variam de 34-57 anos e todas após separarem-se retornaram à casa própria

²⁶ Quilombos surgiram durante o período da escravidão como comunidades de negros/as fugitivos/as e forma de resistência negra. Mantém-se hoje por descendentes que valorizam memórias e tradições africanas através de vínculo com o território. B reside no quilombo São José da Serra, fundado há 150 anos e composto por 200 quilombolas (Caetano, 2019; Monteiro e Reis, 2019; Fundação Cultural Palmares).

²⁷ Possuiria dez filhos/as, mas dois/duas faleceram.

²⁸ A mostrava-se reservada quanto ao comportamento do marido. A autora tomou conhecimento do facto através de G, neta de A.

dos pais, principal reflexo de sua condição social frente aos grupos anteriores²⁹. Todas decidiram separar-se por escolha individual, exceto H, sendo os progenitores consideravelmente ausentes em todos os casos e completamente em E e H (primeiro parceiro). Seus principais apoios provêm dos pais e filhos/as³⁰. Não recebem/receberam apoio específico do governo, e seus/suas filhos/as possuem melhores perspectivas socioeconômicas. O caso de F destaca-se: o filho é portador de autismo em severo grau e necessita de cuidados especializados e constantes.

O quarto grupo (J e I) descende de família socioeconomicamente medianamente favorecida, financeiramente estruturadas, e descreveram o relacionamento dos pais como infeliz – em que apenas o pai trabalhava. Ambas orgulham-se por serem MRFM e ressaltam sua independência frente às mães. São as que mais receberam/recebem apoio dos pais. Seus casos possuem particularidades: I engravidou de um traficante, mudou-se para sua comunidade³¹ - onde sofreu violência doméstica e foi convidada a se retirar³² – e posteriormente foi acolhida pelos pais. A sua mãe aconselhou-a a abortar, mas não aceitou. Sugeriu arrepende-se quando o filho adulto se envolveu com drogas. O progenitor foi encarcerado e, posteriormente, assassinado. I visitou-o uma única vez para apresentar-lhe o filho – que sofre demasiadamente sua ausência. J possui menor vulnerabilidade econômica e optou-se por incluí-la para que fosse possível comparar diferentes realidades. Com a maior escolaridade do grupo, apresenta relativa estabilidade financeira, gestação planejada e boa relação com o antigo companheiro. A decisão de separar-se partiu de si e mudou-se para casa da mãe.

Quanto a caracterização familiar, oito das entrevistadas foram criadas por ambos os pais. B e D cresceram em ambiente desestruturado com adulto do sexo masculino alcoólatra e violento. D relata: *Não queria viver igual a minha mãe viveu, apanhando, passar o seu dia sem saber como seria sua noite, nem se dormiria em casa*. O histórico familiar e situação domiciliar das entrevistadas são apresentados em quadro síntese no Anexo 3.

Quatro entrevistadas vivem em Juiz de Fora (A, C, G e H), cinco no Rio de Janeiro (D, E, F, I e J) e B no quilombo. Quatro delas mudaram-se ao longo da vida em prol do

²⁹ G possui sua própria casa, cedida pela avó e encontra-se no mesmo terreno.

³⁰ E é exceção e ajuda financeiramente a filha desempregada.

³¹ Morro do Dendê, uma das maiores favelas cariocas: dados não-oficiais sugerem quase 60 mil hab. (2019).

³² Os/As comandantes das comunidades têm total domínio sob a população.

seu bem-estar e/ou dos/as filhos/as: A, B, H e I. A mudou-se para cidade para garantir-lhes a possibilidade de estudarem. Segundo ela, o marido não permitia que as filhas estudassem e pretendia alfabetizá-las em segredo, mas posteriormente ele cedeu. *Quando a gente veio para a cidade era muito difícil, éramos nove pessoas morando em dois cômodos* (A). Já B realizou o caminho inverso: mudou-se para o campo e sente-se satisfeita: considera a vida urbana cara, e preocupa-se com os/as filhos/as expostos/as a violência e bens que não pode comprar: *É melhor viver no quilombo: quando vou para cidade, eu trago o que consigo, não o que pedem, só mesmo o básico. Agora imagina essas crianças na cidade?! Ali eu tenho meu espaço, eles estudam*. H e I mudaram-se para protegerem-se do comportamento agressivo dos ex-parceiros. A família inteira de H mudou-se inicialmente e, posteriormente, ela decidiu mudar-se sozinha com os filhos, o que considerou fundamental para sua educação e qualidade de vida. Os pais de I temiam a natureza criminosa de seu parceiro e mudaram-se para outro Estado. Dez anos depois, I retornou para viver apenas com o filho.

Em todo o grupo, apenas A, C e D engravidaram após contraírem matrimônio e tornaram-se MRFM após cerca de 20 anos de relação. Apesar de casada, em sua primeira gestação o marido de C perguntou-lhe *por que ela havia arrumado filho/a* e pediu que abortasse. Como sintetizado no Anexo 4, com exceção de J, as demais engravidaram acidentalmente enquanto namoravam os parceiros. Das seis restantes, cinco moraram inicialmente com os parceiros – quatro por vontade própria e uma (G) por ordem materna –, exceto H devido a rejeição da paternidade. Nos cinco casos, o tempo em coabitação informal varia de quatro meses a dezenove anos. Após o término da relação, apenas três – exatamente as casadas – não retornaram a casa dos pais. As sete demais recorreram ao abrigo familiar e a maioria mora ainda hoje com a família (E, F, G e J). B, H e I criaram os/as filhos/as inicialmente na casa dos pais mas em determinado momento buscaram sua independência.

Em relação à composição do agregado familiar atual, oito vivem com os/as filhos/as, uma sozinha (A) e a última com a mãe (E). Das oito, apenas B, G e I moram unicamente com os/as filhos/as. F e J vivem também com a mãe, C³³ e D vivem com marido e filhos/as e H aluga um quarto para complementar o rendimento. Quanto a sua disponibilidade para outros relacionamentos após a maternidade, aquelas mais velhas (A, C e E)

³³ Caso de reconciliação conjugal. Representa o maior agregado familiar da amostra (oito membros).

permaneceram sozinhas por temerem agressões às filhas³⁴; B, H e I envolveram-se em outros relacionamentos já finalizados; D apresenta casamento estável e as mais jovens (F, G e J) relataram namoros descompromissados.

A maioria teve crianças antes dos 20 anos de idade e todas disseram não ter recebido educação sexual. Metade das entrevistadas se disse insatisfeita à altura, uma tentou abortar (H) e duas arrependem-se por não o ter feito (F e I). F confessou não apreciar a maternidade: *Não foi uma experiência boa, não está sendo e não sei quando será*³⁵; *não gosto; me sinto culpada, mas tem dias que eu não quero entrar em casa*. Do primeiro ao terceiro grupos, todas tiveram mais de um/a filho/a – exceto E – sendo a média para toda amostra de 3,2 filhos/as por mulher: A tem sete filhos/as, B, dez, e as demais tem três (C e G), dois/duas (D, F e H) e um/uma (E, I e J). Em sua maioria são todos/as filhos/as de mesmo pai, caso contrário apenas em B, que teve três parceiros, e H, que teve dois. As informações coletadas referentes à maternidade constam no Anexo 4. A ausência de métodos contraceptivos foi mencionada por B, insegura de realizar a laqueadura, F, que alegou utilizar método anticoncepcional falho, e G que, por ser hipertensa não pode consumir a pílula. Com o nascimento do terceiro filho aos 23 anos qualificou-se³⁶ para a laqueadura no sistema público de saúde.

3.2.2 Vulnerabilidade económica, fontes de apoio e o papel do Estado

Verificou-se que a escolaridade e a condição socioeconómica estão bastante interligadas, visto que nos dois primeiros grupos a educação formal foi interrompida. Nos demais grupos, em dois casos (G e I) o ensino secundário foi temporariamente interrompido pela maternidade. G, H e I realizaram cursos profissionalizantes depois de os/as filhos/as crescerem e apenas G e J mencionaram interesse no ensino superior: J é licenciada e G ingressou, mas não concluiu.

A condição socioeconómica também impactou sua vida laboral e os dois primeiros grupos, junto com H e J, iniciaram-na muito jovens. A maioria encontra-se formalmente empregada, exceto A e C, pela idade, e B por residir na zona rural – onde realiza trabalho árduo e não remunerado. A ocupação é fortemente valorizada por oito entrevistadas, sendo as restantes mais vulneráveis à pobreza e sem perspectivas de se aposentarem (B e

³⁴ A sugeriu não confiar nem no marido.

³⁵ F demonstrava sobrecarga quanto às necessidades especiais do filho.

³⁶ O procedimento possui condicionalidade no Brasil. G não possuía a idade mínima (25 anos) mas recebeu autorização por ter três filhos.

C). Apenas G e I não trabalharam durante a gestação. A maternidade também impactou sua vida profissional e 50% delas não trabalharam nos primeiros anos de vida dos/as filhos/as – sustentavam-se através de cônjuge ou pais – e a outra metade deixava-os/as com as mães. A maioria (oito) relatou períodos de desemprego após a maternidade.

Dentre a amostra utilizada, confirmou-se que MFRM sustentam sozinhas suas famílias. Oito entrevistadas relataram responsabilidade financeira integral pelos/as filhos/as e salários insuficientes para cobrir seus gastos. Recorreram/recorrem, assim, a alternativas como: venda de bens e produtos (A, B, D, E e H); trabalhos informais (A, B, C, G e H) e segundo emprego formal (I) – três delas (A, B e H) utilizam mais de um recurso. Quanto a primeira opção, há maior precariedade no primeiro grupo: A realizava escambo por sacos de alimento – tamanha sua pobreza e dos/as compradores/as. As principais atividades descritas na segunda alternativa são realização de faxinas³⁷ e cuidado noturno de idosos/as, com escasso descanso entre jornadas, como relata G: *Financeiramente eu seguro tudo, tanto que trabalho tanto. Trabalho 12x36³⁸ mas o dinheiro não dá então eu faço 36x12; passo a noite com a senhora, depois vou direto para o hospital. Hoje eu não dormi.*

A vulnerabilidade econômica percebida através das entrevistas, assim como escolaridade e participação laboral estão sintetizadas nos Anexos 4 e 5.

Além de si próprias, contavam/contam ainda com apoio financeiro oriundo dos/as filhos/as (A, C, G e H), da família (B, C, E, F, G, H, I e J) e de terceiros (C, D e I), como apresentado no Anexo 6. C destaca-se pela dependência de apoio do irmão para compras básicas como alimentos e de patroas, inclusive na reforma de sua casa após o teto desabar e por pouco não lhe matar. O terceiro e quarto grupos recebiam/recebem apoio indireto por não pagarem aluguel.

Outros apoios também foram considerados, visto que sua vulnerabilidade excede a esfera econômica. O principal é o cuidado dos/as filhos/as para que elas possam trabalhar/estudar – necessidade observada nos dez casos. Em oito, contavam com suas mães e nos outros (A e C) com filhos/as primogênitos/as. H recebeu também apoio de amigas. Apenas F, H e I apontaram incômodo e sobrecarga sob a percepção de suas mães. Apoios psicológico e moral também foram citados, proporcionados por pessoas diversas:

³⁷ Pessoas contratadas para limpeza em regime de diária.

³⁸ Regime laboral em que se trabalha por 12h e descansa por 36h.

comunidade (B e C), amigas (E), filhos/as (A, C, G e H) e irmã/os (E, I e J). Como colocam:

Ele começou a me ameaçar, mas viu todo mundo me ajudando, que ninguém ficou com medo e parou. (B);

Tinha sempre visita dos amigos. Se eu ficasse sem ninguém, todo mundo me abandonasse, eu me sentiria sozinha - mesmo com as crianças. (C);

Hoje eles (filhos) são meus companheiros, cada um é um alicerce. (G);

Hoje conto com eles (filhos) para tudo, estão sempre me socorrendo. (H).

Àquelas que engravidaram solteiras (sete) foi perguntado a reação de suas famílias. Três não sofreram repreensão (B, F e J), mas E encontrou resistência do pai conservador. O caso de G é o mais delicado, sua mãe tirou-a de casa sem que seu pai soubesse da gravidez, o que desaprova: *Sou muito forte hoje por isso, tive que aprender a me defender, sou eu e eu.* Segundo H, quem brigou consigo foi a mãe, mas esmoreceu após nascerem os netos. Os pais de I temiam demasiadamente por sua segurança para repreendê-la.

Seus relacionamentos atuais com a família dividem-se em três tipos: recebem apoio financeiro dos pais (B e I) ou filhos/as (C e H); fornecem apoio financeiro aos familiares (A, D, E, G e H) e vivem atualmente com suas mães (E, F e J). Deste último conjunto, apenas F relata insatisfação e precariedade.

O papel dos progenitores é essencial por permitir que MRFM compartilhem os ônus da criação dos/as filhos/as. Há três casos em que foram completamente ausentes, depositando toda responsabilidade nas entrevistadas: E, H (primeiro parceiro) e I.

Minha filha diz não ter interesse em conhecer o pai, que eu sou seu pai e sua mãe. (E);

Passei a gravidez toda sozinha, ele nunca ajudou com um lápis para meu filho estudar. (H);

Eu achava que seria normal ele não ter pai, não faria falta e depois vi o quanto o filho sofre pela cobrança da sociedade. (I)

Como exposto no Anexo 7, nos demais casos (sete), somente J relatou contribuição (moderada) do parceiro quanto aos cuidados ao filho durante período de coabitação. Findas as relações, em nenhum caso foi previsto judicialmente o contato entre progenitores e filhos/as³⁹. Igualmente, apenas o ex-parceiro de J procura voluntariamente

³⁹ Em A, B (primeiro parceiro) e I os progenitores faleceram.

o filho – o segundo parceiro de H também o fazia, mas irresponsavelmente. Os demais progenitores negligenciam os/as filhos/as: em B, C e D não os/as procuram e em F e G contactam os/as filhos/as apenas por insistência das mães. Em suma: para A, B (primeiro e segundo parceiros), E, H (primeiro parceiro) e I há total ausência de contato; B (terceiro parceiro), D, G e H (segundo parceiro) há contato esporádico e para C, F e J há contato regular entre pais e filhos/as – em F o pai responsabiliza-se durante um final de semana ao mês (F julga pouco tempo e diz sentir-se muito cansada) e J permite visitas condicionadas, pois duvida do comprometimento do pai em cuidar do filho. *Acho importante você divulgar no seu estudo o impacto que o comportamento dos pais tem sobre a criança.* (J) Quanto as percepções dos/as filhos/as acerca da presença dos pais: quatro relataram não sofrerem sua ausência, mas a maioria observa grande sofrimento em que prevalecem os sentimentos de rejeição, carência e revolta – principalmente quando dedicam-se a nova família.

Meus filhos têm uma revolta porque ele não era presente, nunca tiveram esse apoio, foi sempre comigo e até hoje é tudo comigo. É muito bom deitar à noite e pensar 'eu tenho uma família'; porque todo mundo vê família como pai, mãe e filhos e não, eu tenho a minha família e eu sou pai e mãe. E eu penso o quanto que ele está perdendo.

Entrevistada G.

Em termos de suporte financeiro, duas receberam pensão após o falecimento dos progenitores (A e B) – de valor insuficiente, visto que ambas realizam/realizavam trabalhos extra para complementar seus rendimentos. Para as demais, não há único exemplo de formalização judicial. Entre as justificativas estão: pobreza do progenitor (B e D), considerar complexo exercer seus direitos (C), medo do progenitor (B, F, H e I)⁴⁰, orgulho e desejo de autonomia (B, D, E, G e H), receio de receber quantia inferior à atual (F) e acordo informal satisfatório (J).

O segundo e o terceiro não pagam pensão porque eu nem quero, terminou muito mal e um deles também não tem condições. Entrar na justiça não tenho coragem. Se eu fosse na justiça, eles 'davam os pulos' deles, mas eu não quis. Ah não, deixa eu tentar viver minha vida só com eles (filhos/as) mesmo.

Entrevistada B.

⁴⁰ B, H e I temiam comportamentos violentos e F era ameaçada de perder a tutela dos/as filhos/as.

Dada a informalidade dos acordos, a maioria não recebe/ia qualquer contribuição (B, D, E, primeiro filho de H e I). Outras recebem/iam ínfimo valor esporádico (C e G) ou valores regulares (F, segundo filho de H e J): em F há pagamento de despesas sem transferências diretas, em H o segundo progenitor fornece quantia ao filho desde adolescência e ex-parceiro de J transfere-lhe mensalmente quantia acordada, que ela julga insuficiente. Importante ressaltar que os casos em que há apoio regular (F e J) são os únicos ausentes na execução de trabalhos extras.

Diante do enfoque nas políticas públicas, procurou-se compreender a relação das participantes com o Estado. Todas demonstraram desconhecer os seus direitos, em consonância com a inexistência de apoio jurídico quanto às obrigações dos progenitores. Algumas sugeriram medo, inclusive, *medo de polícia* (B e C). Suas relações com o Estado dividem-nas em três grupos, como consta no Anexo 7: aquelas que receberam/recebem benefícios específicos para os/as filhos/as (primeiro grupo), aquelas beneficiadas – ou aos/as filhos/as – por outras políticas (F, G, H e I) e outras sem qualquer acesso à políticas por desconhecimento de direitos (C, D, E e J).

No primeiro grupo, os benefícios citados foram o Salário Família (A) e o PBF (B). A não soube definir qual valor recebia à época, mas lembra-se de ser insuficiente às suas despesas. *Você sabe que até hoje eu não sei como eles foram criados? Foi um milagre de Deus, porque era muita dificuldade.* (A). B recebe atualmente o PBF para seus/as três filhos/as menores e atribui-lhe papel fundamental ao seu sustento: quando perguntada sobre o significado para si, respondeu: *A alimentação dos meus filhos.* Depois completou *Bolsa Família é o meu sustento, é o único dinheiro certo que recebo.* B confirmou a importância do benefício quando se demonstrou ansiosa para recebê-lo – aquando da entrevista faltavam 11 dias, o que julgou muito tempo. O recebimento, entretanto, para ela não é simples. É necessário levá-lo pessoalmente e, como mora muito afastada, por vezes não consegue recebê-lo – comprometendo profundamente sua subsistência.

Há, ainda, quatro entrevistadas beneficiadas – ou seus/suas filhos/as – por outros programas. F acede a recursos destinados às necessidades do filho, como atendimento psicológico e medicamentos. Entretanto, mostrou-se confusa quanto aos seus direitos integrais, mas falta-lhe dinheiro para ação judicial. G ingressou na licenciatura através do

FIES⁴¹ e, posteriormente, concluiu o curso técnico profissionalizante através do ProUni⁴² pois não possuía recursos próprios. H igualmente beneficiou-se através dos filhos: ambos aprovados em Universidades públicas⁴³ receberam apoio financeiro para alunos/as de baixo rendimento o que, segundo ela, foi de grande ajuda e não teria recursos para pagar ensino superior para os filhos. Já o filho de I, após detenção por consumo de drogas ilícitas, realizou estágio profissional em processo de reabilitação em centro público especializado. Ela considera a experiência importantíssima na vida de ambos.

3.2.3 *Perspetivas positivas*

Uma questão interessante desta pesquisa passa por suas percepções individuais quanto a aspectos positivos da responsabilidade monoparental. As separações ocorreram sempre por preferência das mulheres – como exposto no Anexo 4 –, exceto A, que se tornou viúva, e C e H, desamparadas pelos progenitores. Dentre as motivações para romperem as relações há similaridades – desrespeito e traição (B, D, F e H), agressão física (B e I) e comportamentos negativos (E e J) – e há razão específicas – dependência química de substâncias ilícitas (G) e privação alimentar (B).

Eu buscava ele caído na rua, segurava o carro porque ele perdeu celular, salário... tudo para comprar droga. Ele diz que eu abandonei ele quando mais precisava. Mas eu ajudei ele por um ano, ele não quis ajuda. Tentei também preservar o respeito que os meninos ainda tinham por ele. Se ele tivesse ficado naquela situação, hoje estava morto ou na rua.

Entrevistada G.

A maioria das respostas quanto aos benefícios alcançados centrou-se em: conquista/aumento de autonomia e independência, obtenção de paz, crescimento pessoal, possibilidade de oferecer melhores oportunidades aos/as filhos/as e preservação dos/as filhos/as de influências negativas e ambientes nocivos. Duas (D e G) relataram, ainda, que a sobrecarga de responsabilidades já existia enquanto casadas. O caso mais marcante é A, que, devido a sua idade e condição socioeconómica, sofria marcantes submissões. Com o marido ainda em vida, já se considerava sozinha pois ele decidiu retornar a zona rural, e ela já vivia com os/as filhos/as, mas sem autonomia. Ainda lhe era suposto que se

⁴¹ Programa de financiamento em cursos superiores pagos. Fonte: MEC.

⁴² Programa de concessão de bolsas de estudo em instituições privadas de educação superior. Fonte: MEC.

⁴³ No Brasil são completamente gratuitas e seu ingresso é muitíssimo concorrido.

deslocasse até ele aos finais de semana e realizasse as tarefas domésticas. Ela considerou que a viuvez permitiu-lhe preocupar-se menos – devido à alta dependência que o marido tinha de si – e conquistar autoridade sobre si e os/as filhos/as, antes inexistente. O marido permitiu a mudança de uma das filhas sem o seu conhecimento: *Ele mandou nossa filha para trabalhar como doméstica em Brasília (a 984km de distância) com 12 anos sem eu saber; eu fiquei muito brava, porque eu tinha saído da roça para as meninas não saírem de casa e estudarem*. Quando questionada sobre divorciar-se, respondeu ser extremamente difícil naquela época e que a mulher não tinha direito a pertences nem a tutela dos/as filhos/as. Apenas duas apresentaram respostas negativas: C desejava reatar a relação e esteve demasiado vulnerável economicamente e F não se considera livre pelas condições de moradia e a constante preocupação com o filho.

A mobilidade social dos/as filhos/as comumente é impossibilitada pela privação económica a qual são expostos/as através do ciclo intergeracional da pobreza. Sete entrevistadas valorizam fortemente a sua educação. Das com filhos/as adultos/as (oito), em quatro casos eles/elas acederam ao ensino superior (A, D, G e H) e em cinco concluíram o secundário (A, B, C, E e I)⁴⁴. Ainda considerando filhos/as adultos/as, em metade dos casos iniciaram a vida profissional muito jovens para contribuírem no rendimento familiar (A, C, G e H). Em resumo, em quatro casos (D, G, H e J) há perspectivas de ascensão social e em seis há perspectivas de manutenção do *status* social (A, B, C, E, F e I). Citaram também outros desejos para os/as filhos/as como a possibilidade de realizarem seus sonhos e tornarem-se pessoas íntegras (D, E, G, H e J).

As perspectivas positivas observadas nas entrevistas estão sintetizadas no Anexo 8, enquanto o Anexo 9 é constituído pela seleção de trechos ilustrativos de todos os depoimentos, considerados impactantes e relevantes à compreensão da presente pesquisa.

4. CONCLUSÃO

Este trabalho procurou compreender o fenómeno da pobreza vivida no feminino, especialmente por MRFM brasileiras, as suas causas e consequências, assim como qual o papel desempenhado pelo Estado no alívio da pobreza e das desigualdades de género. Através da revisão da literatura destaca-se o aumento de domicílios monoparentais femininos e sua tendência a vulnerabilidade, resultante da articulação de desigualdades de género oriundas de uma organização social historicamente assente na supremacia

⁴⁴ A repete-se, pois, uma filha concluiu a licenciatura – exatamente aquela enviada para Brasília.

masculina: reduzida participação laboral, diferenças salariais e prevalência da designação do cuidado infantil às mulheres. A sua vulnerabilidade reside na ausência de cooperação de cônjuge no rendimento familiar e compartilhamento da responsabilidade sobre a prole, diante da generalizada negligência paterna ao abster-se da criação dos/as filhos/as (Cortina, 2015). O Estado possui um papel fundamental no incentivo à paternidade presente e na promoção de condições sociais e económicas igualitárias para as mulheres: as estratégias adotadas variam-se, pelo que se comparou políticas adotadas em países ditos desenvolvidos e em desenvolvimento.

Foram analisados dados brasileiros relevantes: evolução dos domicílios monoparentais femininos e sua distribuição dentre níveis de rendimento, dissoluções conjugais e guarda de filhos/as menores de idade, inserção da mulher no mercado de trabalho e definição do perfil da crescente população carcerária feminina no país. O levantamento permitiu a confirmação da maioria das premissas, como: domicílios monoparentais femininos apresentam de facto maior vulnerabilidade e pobreza, mulheres são em maioria exclusivamente responsáveis pelos/as filhos/as, sua participação no mercado de trabalho é menor e segregação ocupacional e discriminação salarial se verificam. Adicionalmente, MRFM predominam nas prisões brasileiras, sendo o seu encarceramento reflexo dos pontos supracitados e penalizador também para seus/suas filhos/as. Pretendeu-se aplicar a perspetiva da interseccionalidade entre condições socioeconómicas, género e cor/raça visto que mulheres negras predominam em praticamente todos os indicadores: seu maior risco social resulta de processos históricos de exclusão e desigualdade social (Vianna, 2014; Costa e Marra 2013) Há, entretanto, o vislumbre de mudanças positivas. De entre os DSRF, os domicílios monoparentais femininos têm perdido espaço, principalmente para casais, sugerindo uma autonomia feminina crescente. A previsão judicial da guarda compartilhada tem aumentado a sua incidência aceleradamente, e o *gap* salarial entre homens e mulheres tem caído. Os programas de transferência direta de rendimento apresentam altos índices de efetividade, com destaque ao PBF. Apesar de não se direcionarem à promoção da igualdade de género, seu modelo de funcionamento promove benefícios às mulheres, visto que se desassocia da atividade profissional – importantíssimo, dado o alto nível de desemprego feminino – e reconhece variados arranjos familiares. Ainda, o foco na provisão de serviços é fundamental para combater o ciclo intergeracional da pobreza, que ameaça especialmente

crianças e jovens residentes em domicílios monoparentais femininos. Seus frutos já podem ser observados no maior acesso de mulheres beneficiárias ao ensino superior.

A pesquisa teórica foi complementada com análise empírica da vida de dez MRFM. Procurou-se perceber a (des)composição familiar, criação dos/as filhos/as, vulnerabilidade económica e acesso a recursos para ultrapassá-la, presença – ou ausência – dos progenitores dos/as filhos/as, sua percepção sobre o futuro, sua relação com o Estado e quais impactos positivos a responsabilidade monoparental lhe proporcionou. A heterogeneidade socioeconómica amostral permitiu perceber como mulheres mais pobres são mais penalizadas: possuem maiores agregados familiares, maior exposição à violência doméstica, menor grau de escolaridade e menor recebimento de apoio da família. A maioria das participantes engravidou por acidente enquanto solteira. Sua maior fonte de apoio é a família, primeiramente as mães e a seguir os/as filhos/as, e redes informais. A ausência financeira dos progenitores dos/as filhos/as incorre-lhes na necessidade de conciliar múltiplos trabalhos, sobrecarga e afastamento da criação dos/as filhos/as, deixando-os/as também mais vulneráveis. A negligência paterna reflete-se na relação com os/as filhos/as, que sofrem profundamente com a rejeição e o abandono.

Pôde-se confirmar que de facto o PBF chega às famílias extremamente pobres, alivia suas necessidades básicas e promove a percepção subjetiva de maior emancipação: o segundo companheiro de B impedia seu acesso e dos/as filhos/as aos mantimentos. Com o benefício, ela fazia as próprias compras e rompeu a relação. Caso não o recebesse, seria mais difícil. E, se A recebesse PBF em sua época, não realizaria tantos trabalhos extras e seus/suas filhos/as não iniciariam a vida profissional tão jovens. Comprova-se, ainda, que programas transversais atuam para romper o ciclo intergeracional da pobreza. Entretanto, a pesquisa evidenciou ausência de conhecimento de direitos civis, dificuldade em reclamá-los e afastamento do Estado. Nenhum caso apresentou formalização de rompimento da relação e acesso financeiro aos direitos dos/das filhos/as – elas relataram não solicitar, principalmente, por orgulho.

As MRFM provam do amargor e do sabor da responsabilidade familiar. As pressões oriundas da conciliação de dois papéis em contexto de privações financeiras lhes são nocivas: perdem individualidade, são sobrecarregadas emocional e fisicamente (Narvaz, 2006) e cobram-se pela pouca atenção e cuidado dedicados aos/as filhos/as (Costa e Marra, 2013). Enfrentam precariedades e barreiras sociais que não alcançam os homens.

Acedem, entretanto, um nível de emancipação inconcebível há poucas décadas (Vianna, 2014). A maioria das entrevistadas valoriza essa possibilidade e orgulha-se da independência conquistada, tendo sido os rompimentos solicitados por elas – sempre justificados por comportamentos negativos do companheiro. Muitas descreveram o sofrimento de suas mães, presas em relações abusivas. Segundo A, *na época não existia divórcio*, se não ela teria optado por tal. Para estudar MRFM é necessário, portanto, balancear vulnerabilidade e autonomia (Vianna, 2014). Elas apresentam bons resultados na tomada de decisões e superação de desafios, mas diversas desigualdades sociais as restringem (Costa e Marra, 2013). Não devemos analisá-las sob a ótica de vítimas nem de heroínas – super mulheres, vangloriando assim a desigualdade, enquanto não deveriam receber tantas responsabilidades – mas sim permitir-lhes ser, com dignidade, autonomia, liberdade e igualdade.

REFERÊNCIAS

- Agenda de Notícias IBGE. Disponível em:<agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23924-diferenca-cai-em-sete-anos-mas-mulheres-ainda-ganham-20-5-menos-que-homens> Acesso em: 13/09/2019.
- Agenda de Notícias IBGE. Disponível em: <agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23923-em-2018-mulher-recebia-79-5-do-rendimento-do-homem> Acesso em: 13/09/2019.
- Amados, P. (2018). *O desenho dos programas de transferências condicionada de renda do Brasil e México: uma análise dos critérios de elegibilidade*. USP.
- Angeles, L. (2009). *Rethinking The 'Feminisation Of Poverty' Thesis*. Book Review of Gender, Generation and Poverty: Exploring The 'Feminisation Of Poverty' In Africa, Asia And Latin America By Sylvia Chant.
- Bastos, A., Casaca, S., Nunes, F. & Pereirinha, J. (2009). *Women and Poverty: A Gender-Sensitive Approach*. J. Socio-Econ.
- Belchior, J. & Novellino, M. (2008). *Feminização e transmissão intergeracional da pobreza no Brasil*. XVI Encontro Nacional De Estudos Populacionais, Abep; IBGE.
- Belo, R. (2010). *Gênero e Profissão: Análise das justificativas sobre as profissões socialmente adequadas para homens e mulheres*. UFPB.
- Bichir, R. (2010). *O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda*. Novos Estudos, 87.
- Both, L. & Pinheiro, R. (2017). *O Direito Humano E Fundamental À Alimentação Adequada E À Condição Feminina No Programa Bolsa Família: Empoderamento Às Avessas?* Revista De Direito Internacional, Brasília, V. 14, N.1, 2017 P. 98-112.
- Bruschini, C. (1985). *Gênero e trabalho no Brasil*.
- Caetano, C. (2019). *Aspectos Quilombistas Na Uninlab: Uma Reflexão A Partir Das Escrivivências De Estudantes Africanos/As E Afro-Brasileiro/As*. UNILAB.
- Carvalho, D. (2011). *Caso concreto: Emenda do divórcio (EC N° 66/2010) e separação judicial em andamento – parecer do Ministério Público*.

- Casaca, S. & Peixoto, J. (2010). *Flessibilità E Segmentazione Del Mercato Del Lavoro In Portogallo: Genere E Immigrazione*. Sociologia Del Lavoro, N. 117/2010.
- Cavenaghi, S. (2006). *Reflexão sobre as formas de captar famílias em pesquisas e cadastros*. II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, ENCE/IBGE.
- Chant, S. (1998). *Households, Gender and Rural-Urban Migration: Reflections on Linkages and Considerations for Policy*. Environment and Urbanization, Vol. 10, No. 1, April 1998.
- Chant, S. (2009). *The 'Feminisation Of Poverty' In Costa Rica: To What Extent A Conundrum?* Bulletin of Latin American Research, Vol. 28, No. 1, Pp. 19-43, 2009.
- Christopher, K, England, P., Smeeding, T. & Phillips, K. (2002). *The Gender Gap in Poverty in Modern Nations: Single Motherhood, The Market, and The State*. Sociological Perspectives, Vol. 45, No. 3. (Autumn 2002), Pp. 219-242.
- Cobo, B., Oliveira, S. & Saboia, A. (2002). *Dimensões preliminares da responsabilidade feminina pelos domicílios: um estudo do fenômeno a partir dos Censos Demográficos 1991 a 2000*. IBGE.
- Conceição, A. (2019). *O racismo no Brasil, o Movimento Negro e a Lei 10.639/03*. Revista África e Africanidades – Ano XII – n. 31, ago. 2019.
- Cortina, M. (2015). *Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista*. Estudos Feministas, Florianópolis, 23(3): 406.
- Costa, F. & Marra, M. (2013). *Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção*. Revista Brasileira de Psicodrama.
- Daly, M. (1992). *Europe's Poor Women? Gender in Research on Poverty*. European Sociological Review, Vol. 8, No. 1., Pp. 1-12.
- Etikan, I., Musa, S., Alkassim, R. (2016). *Comparison of Convenience Sampling and Purposive Sampling*. American Journal of Theoretical and Applied Statistics. 2016; 5(1): 1-4.
- Ferreira, V. (1993). *Padrões De Segregação Das Mulheres No Emprego. Uma Análise Do Caso Português No Quadro Europeu*.

- FGV. (2018) *Encarceramento feminino*. Fundação Getúlio Vargas.
- Flatø, M., Muttarak, R. & Pelsler, A. (2017) *Women, Weather and Woes: The Triangular Dynamics of Female-Headed Households, Economic Vulnerability, And Climate Variability in South Africa*. World Development Vol. 90, Pp. 41-62.
- Fukuda-Parr, S. (2003). *The Human Development Paradigm: Operationalizing Sen's Ideas on Capabilities*, Feminist Economics, 9:2-3, 301-317.
- Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <palmares.gov.br/> Acesso em: 20/08/2019.
- Garcia, P. & Monteiro, C. (2019). *A era das políticas de transferência de renda no Brasil: difícil equilíbrio entre riqueza e pobreza*. Revista de Direito FIBRA Lex. Ano 5, nº 5.
- Hirata, H. & Kergoat, D. (2007). *Novas Configurações Da Divisão Sexual Do Trabalho*. Cadernos De Pesquisa, V. 37, N. 132 (2007).
- IBGE. Disponível em: <idades.ibge.gov.br/brasil/panorama> Acesso em: 15/08/2019.
- IBGE. (2011). *Faces da Desigualdade de Gênero e Raça no Brasil*.
- IBGE. (2019a). *Mulher e trabalho, papéis sociais em questão*. Retratos, a revista do IBGE. N. 17. Jul/Ago 2019.
- IBGE. (2019b). *PNAD Contínua – Mercado de Trabalho Brasileiro*.
- IBGE. *PNAD Contínua*. Disponível: <static.poder360.com.br/2019/05/Pnad-continua-ibge-desemprego.pdf> Acesso em: 13/09/2019.
- IBGE. *Indicadores IBGE – Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa 2003-2015*.
- INSS. Disponível em: <inss.gov.br/beneficios/salario-familia/> Acesso em: 15/09/2019.
- IPEA (2011). *Retrato das desigualdades de Gênero e Raça*. 4ª Edição.
- McIntosh, M. & Morse, J. (2015) *Situating and Constructing Diversity in Semi-Structured Interviews*. Global Qualitative Nursing Research, 1-12.
- MDS. (2016a). *Brasil Sem Miséria: resultados, institucionalidades e desafios*. Cadernos de Estudos. Nº 25. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- MDS. (2018). *Caderno de Estudos, desenvolvimento social em debate*. Nº 30. Ministério do Desenvolvimento Social.

- MDS. (2015). *Caderno de Resultados, Mulheres (2011-2015)*. Plano Brasil Sem Miséria, Ministério do Desenvolvimento Social.
- MDS. (2016b). *Conquistas sociais, compromisso de um Brasil Sem Miséria*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- MDS. (2016c). *Intersetorialidade nas políticas sociais: perspectivas a partir do Programa Bolsa Família*. Cadernos de Estudos, desenvolvimento social em debate. Nº 26. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- MDS. (2007). *Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS*. Cadernos de Estudos, desenvolvimento social em debate. Nº 5. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- MDS. (2014b). *Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS (2011-2014)*. Cadernos de Estudos, desenvolvimento social em debate. Nº 16. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- MDS. (2016d). *Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS (2015-2016)*. Cadernos de Estudos, desenvolvimento social em debate. Nº 27. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- MDS. (2010). *Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS, versão atualizada e revisada (2006-2010)*. Cadernos de Estudos, desenvolvimento social em debate. Nº 13. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- MEC. Disponível em: <fies.mec.gov.br/> Acesso em: 22/08/2019.
- MEC. Disponível em: <siteprouni.mec.gov.br/> Acesso em: 22/08/2019.
- Ministério da Cidadania. Disponível em: <mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/servicos-e-programas/peti/peti> Acesso em: 15/09/2019.
- Ministério da Cidadania. Disponível em: <mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/como-funciona> Acesso em: 15/09/2019.
- Monteiro, E. & Reis, M. (2019). *Patrimônio Afro-Brasileiro No Contexto Da Educação Escolar Quilombola*. Educação & Realidade, Porto Alegre, V. 44, N. 2.
- Narvaz, M. & Koller, S. (2006). *Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa*. Psicologia & Sociedade, 18 (1). UFRGS.

- Novellino, M. (2002). *Feminização Da Pobreza No Rio De Janeiro, Brasil (1992-1999)*. XIII Encontro Da Associação Brasileira De Estudos Populacionais, Abep; IBGE.
- Novellino, M. (2004). *Os Estudos Sobre Feminização Da Pobreza E Políticas Públicas Para Mulheres*. XIV Encontro Nacional De Estudos Populacionais, Abep; IBGE.
- Novellino, M. (2008). *Chefia Feminina De Domicílio Como Indicador De Feminização Da Pobreza E Políticas Públicas Para Mulheres Pobres*, IBGE.
- OIT, Organização Internacional do Trabalho. (2012). *Perfil do Trabalho Decente no Brasil - Um olhar sobre as Unidades da Federação*.
- Pearce, D. (1978). *The Feminization of Poverty: Women, Work and Welfare*. Urban and Social Change Review. P. 28-36, Feb. 1978.
- Perrons, D. (2015). *Gendering the Inequality Debate*. Gender & Development, 207-222.
- Pressman, S. (2003). *Feminist Explanations for the Feminization of Poverty*. Journal of Economic Issues; Jun 2003; 37, 2; Abi/Inform Global, p. 353.
- Priore, M. (2013). *Histórias E Conversas De Mulher*. Editora Planeta.
- Revista IBGE – Retratos, a revista do IBGE. (2019) *Mulher e trabalho – papéis sociais em questão*; n.17 julho/agosto 2019.
- Robeyns, I. (2003). *Sen's Capability Approach and Gender Inequality: Selecting Relevant Capabilities*. Feminist Economics 9(2-3), 2003, P. 61-92.
- Silva, E. (2018). *Desigualdade educacional e raça no Brasil: análise do período de 2001 a 2015*. Universidade Federal Fluminense (UFF).
- Tong, A., Sainsbury, P. & Craig, J. (2007). *Consolidated Criteria for Reporting Qualitative Research (Coreq): A 32-Item Checklist for Interviews and Focus Groups*. International Journal for Quality in Health Care: Volume 19, Number 6: Pp. 349-357.
- Vaz, D. (2010). *Diferenças Salariais Entre Os Gêneros No Setor Público: Evolução E Principais Determinantes*". Unicamp.
- Vianna, F. (2014). *Mulheres na cidade, a invisibilidade e a exploração da condição da mulher no espaço urbano*. Universidade de São Paulo (USP).

ANEXOS

Anexo 1 – Guião de Entrevistas

- a) Idade e escolaridade das voluntárias;
- b) Condição socioeconómica da família: descrição dos pais e criação;
- c) Definir perfil da família atual: número de membros e rendimento;
- d) Como e quando engravidou, e quais dificuldades encontrou a seguir;
- e) Quais as estratégias individuais adotadas para contornarem sua situação?
- f) Qual a contribuição (quando existe) dos parceiros em relação aos/as filhos/as?
- g) Perceber sua trajetória de vida: escola/trabalho/conciliação com família;
- h) Direcionar sempre as perguntas para os aspectos laboral, familiar e financeiro;
- i) Apoio da família em todo o processo, assim como de outras pessoas;
- j) Apoios do Estado: há recebimento de benefícios? Qual a sua percepção sobre?
- k) Há percepções positivas acerca da responsabilidade monoparental? Quais?
- l) Há perspectiva de mobilidade social dos/as filhos/as, na visão das voluntárias?

Anexo 2 – Declaração de Consentimento

Assunto: Pedido de autorização para a realização de entrevista, com vista à elaboração de dissertação de mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional

Eu, Clareana Lopes de Araújo, venho por este meio solicitar a colaboração para a realização de uma entrevista, a fim de complementar o estudo de investigação, no âmbito de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional do ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa. O estudo “Desigualdade de género, feminização da pobreza no Brasil e o papel das políticas públicas - o caso de mulheres responsáveis por famílias monoparentais”, tendo com orientação a Professora Doutora Sara Falcão Casaca.

Os dados recolhidos serão apenas divulgados no trabalho final de mestrado, garantindo o anonimato dos/as entrevistados/as, salvaguardando a identidade do/a próprio/a. Assim, estabeleço o compromisso de respeitar o direito à livre escolha de participação, à confidencialidade, o direito à proteção de dados e a um tratamento justo e equitativo.

Declaro ter lido a presente Declaração e compreendido as informações verbais relativas à necessidade de recolha de dados que me foram fornecidas pela pessoa que acima assina. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, confiando que apenas serão utilizados para esta investigação e nas garantias de anonimato que me são dadas pela investigadora.

Anexo 3 – Contexto familiar de origem e situação domiciliar

	Idade	Escolaridade	Histórico familiar	Membros no domicílio
A	75	1º ciclo do ensino básico incompleto. Estudou formalmente dos 11 aos 13 anos.	Descende de família socioeconomicamente muitíssimo desfavorecida. Cresceu em fazenda isolada, com pais e irmãs.	Viúva, morava sozinha com os/as filhos/as. Hoje mora sozinha.
B	47	1º ciclo do ensino básico incompleto. Interrompeu os estudos aos 11 anos.	Descende de família socioeconomicamente muitíssimo desfavorecida. Morava com a mãe, e depois com os parceiros.	Hoje mora com 5 filhos/as e 1 neto recém-nascido e pela primeira vez tem casa própria.
C	61	Ensino secundário incompleto.	Descende de família socioeconomicamente muito desfavorecida. Cresceu com os pais e, ao casar-se morou com os sogros.	Por 20 anos viveu sozinha com os/as filhos/as. Hoje mora com marido, filhas, genro e netos.
D	48	Ensino secundário incompleto.	Descende de família socioeconomicamente muito desfavorecida. Não conheceu o pai e cresceu com padrasto alcólatra.	Viveu sozinha com os/as filhos/as por 5 anos. Hoje mora com segundo marido e filhos/as.
E	57	Ensino secundário completo.	Descende de família socioeconomicamente desfavorecida. Criou a filha na casa própria dos pais, com pais e irmã.	Hoje vive com mãe e irmã.
F	34	Ensino secundário completo.	Descende de família socioeconomicamente desfavorecida. Mora com a mãe em casa própria. Primeiro filho é autista com grau elevado.	Viveu dois anos com parceiro. Vive hoje com a irmã e os/as filhos/as.
G	36	Ensino secundário completo e técnico em Enfermagem. Licenciatura incompleta.	Descende de família socioeconomicamente desfavorecida. Cresceu com pais e irmão.	Morou 19 anos com o parceiro e hoje mora com filhos no mesmo terreno que mãe e avó.
H	45	Ensino secundário completo e curso técnico de cabelereira.	Descende de família socioeconomicamente desfavorecida. Cresceu com pais e irmãos.	Hoje mora com os filhos e alugam um quarto extra para complementar o rendimento.
I	41	Ensino secundário completo e curso técnico em radiologia.	Descende de família socioeconomicamente medianamente favorecida. Pai tinha um bom trabalho, mas era alcólatra.	Viveu em comunidade com parceiro e depois com os pais. Hoje mora com o filho.
J	32	Superior completo e curso técnico. Hoje realiza cursos de aperfeiçoamento após o trabalho.	Descende de família socioeconomicamente medianamente favorecida. Cresceu com pais e irmãos. Mãe nunca trabalhou.	Morou anos com o parceiro e após separação, foi morar com sua mãe, onde vive com o filho.

Anexo 4 – Domicílio e situação familiar

	Idade em que engravidou	Nº de filhos/as	Idade dos/as filhos/as	Desejo pessoal em ser mãe	Como se tornou responsável
A	16/18/20/ 22/24/27/29	7 filhos/as 17 netos/as	58/56/54/ 52/50/47/45	Não perguntado devido a sua idade avançada e condição socioeconômica.	Se tornou viúva em 1984. Não se envolveu em novos relacionamentos por prezar sua liberdade e temer pela integridade das filhas.
B	16/18/24/ 31/32/38 /39/42	8 filhos/as 11 netos/as	31/29/23/ 16/15/9/8/5	Não perguntado devido a sua condição socioeconômica.	Separou-se por decisão própria: o 1º a desrespeitou; o 2º controlava a alimentação e o 3º era agressivo e alcoólatra.
C	21/26/32	3filhos/as 7 netos/as	40/35/29	Desejava constituir família, mas marido pediu que abortasse.	Decisão do marido. C passou a viver sozinha com os/as filhos/as.
D	18/25	2	28/21	Sempre sonhou em casar-se, ter filhos/as e família.	Decisão própria, ex-marido a desrespeitou e traiu. Retirou-se de casa pois ele se recusou. Sofria por sua família se desfazer.
E	27	1 filha; 1 neta	31	Não desejava, mas não cogitou abortar por questões religiosas.	Decisão própria, pois ele demonstrava sinais de violência, desvio de caráter e alcoolismo. Nunca mais o viu.
F	23/24	2	10/9	Desejava, mas não gosta da maternidade.	Decisão própria após traição. Considera que pai não aceita o autismo do filho.
G	15/18/22	3	20/17/13	Engravidou acidentalmente. Realizou a laqueadura aos 23 anos pelo sistema público.	Marido viciou-se em drogas. Separaram-se, mas ele recuperou-se. Depois, teve recaída brusca e G decidiu separar-se definitivamente.
H	18/20	2	25/24	Não desejava ser mãe tão jovem. Tentou abortar e criança nasceu anêmica.	Desamparada pelo 1º parceiro e ela decidiu romper com o 2º por desrespeitá-la. Mudou-se em busca de melhores oportunidades para os filhos.
I	16	1	24	Mãe sugeriu que abortasse, mas não quis fazê-lo. E sugestionou arrepender-se.	Após ser agredida pelo parceiro, retorna a casa dos pais. Obteve independência aos 30 anos. Hoje mora com o filho.
J	26	1	5	Sempre sonhou em ter filho/a e programou-se.	Decisão própria. Desaprovava comportamento.

Anexo 5 – Trabalho e escolaridade

	Trabalho	Trabalho x Estudo x Maternidade
A	Trabalha desde criança sem remuneração. Foi empregada com vínculos como costureira, função que exerce até hoje apesar de aposentada.	Quando teve seus/suas filhos/as, não trabalhava formalmente. A partir de então, não parou mais de trabalhar.
B	Trabalha desde 11 anos. Hoje trabalha na agricultura, semanalmente como serviços gerais e realiza extras. Nunca pagou segurança social/trabalhou com vínculos e não tem perspectivas de se aposentar.	Interrompeu estudos para ajudar a mãe, recém separada do pai alcoólatra e com filhos/as pequenos/as.
C	Sempre trabalhou com faxinas e o primeiro vínculo foi aos 50 anos. Não está aposentada. Hoje os/as filhos/as pagam-na para cuidar dos/as netos/as.	Esteve mais desempregada do que trabalhando conforme filhos/as cresciam.
D	Começou a trabalhar com 13 anos com ex-marido, ela trabalhava duplamente e ele não. Não pagou a segurança social, se não já estaria aposentada. Hoje gerencia negócio do atual marido.	Parou de estudar com 16 anos porque não conseguia conciliar com o trabalho. Sempre priorizou o trabalho, não parou por causa dos filhos.
E	Iniciou atividade aos 25 anos e desde então sempre trabalhou com vínculos, fora período em que esteve desempregada. Hoje trabalha para ajudar financeiramente a filha.	Foi alocada em função de risco ao comunicar gravidez onde trabalhava. Esteve anos desempregada para participar da vida da filha.
F	Iniciou vida laboral com vínculo empregatício aos 18 anos e trabalha atualmente, mas esteve anos afastada para cuidar dos filhos.	Quando engravidou, já havia concluído o ensino secundário. Retornou quando perdeu apoio financeiro do progenitor.
G	Trabalhava informalmente para complementar o rendimento familiar. Primeiro emprego com vínculos foi aos 30 anos como caixa de supermercado. Hoje trabalha em hospital e tem outros trabalhos extras.	Interrompeu os estudos quando engravidou e demorou a retornar por restrições financeiras.
H	Primeiro emprego foi aos 16 anos. Grávida realizava faxinas. Foi empregada com vínculo como caixa de supermercado aos 19 anos. Hoje está afastada por motivos de saúde.	Realizou o curso técnico já com filhos grandes. Não tinha trabalho fixo na primeira gravidez e trabalhou durante toda a segunda.
I	Começou a trabalhar com vínculos aos 19 anos. Sempre teve dois empregos.	Interrompeu os estudos quando engravidou, mas depois concluiu.
J	Começou a trabalhar com vínculos aos 16 anos. Sempre trabalhou no setor da construção civil. Passou 1 ano desempregada. Hoje exerce cargo de chefia de equipa inteiramente masculina.	Sentiu-se discriminada em entrevistas por ser responsável por seu domicílio.

Anexo 6 – Apoio familiar e estratégias de contorno da pobreza

	Em que se apoiam	Apoio da família	Contorno da pobreza
A	Filha mais velha cuidava dos/as menores e apoiava-os/as em sua educação formal.	Filhos/as começaram a trabalhar muito novos/as.	Sustentava-se com a aposentadoria do marido, seu salário e ajuda dos/as filhos/as. Também costurava roupas e as vendia.
B	Comunidade, principalmente na construção de sua casa com mão-de-obra. Terreno cedido pelo quilombo.	Os pais apoiam-na com compras de cestas básicas.	Trabalha na agricultura com objetivo de vender a colheita.
C	Irmão, patroas, amigos/as e vizinhos/as.	Cuidava sozinha dos/as filhos/as.	Sustentava os/as filhos/as com trabalho informal.
D	Financeiramente, somente em seu trabalho. Mãe cuidava dos/as filhos/as.	Sua mãe sempre lhe disse que seria um exemplo para suas irmãs. Hoje ajuda financeiramente mãe e irmãs.	Vendia comidas (feitos por si) para complementar o rendimento.
E	Nos pais e em seu trabalho.	Mãe cuidava de sua filha para que E trabalhasse.	Fazia ela mesma artesanatos e vendia.
F	Sua mãe, cuida das crianças para que F trabalhe.	Sente muita pressão dentro de casa para divisão de gastos, por ser responsável por três pessoas.	Infeliz com sua situação domiciliar. Somente seria possível pagar aluguel caso recebesse apoio do pai das crianças.
G	Filhos trabalham e família cedeu-lhe a moradia.	Mãe e avó cuidaram dos filhos para que G estudasse.	Sustenta-se somente com trabalho formal e vários extras.
H	Pai ajudava financeiramente. Mãe e amigas apoiavam no cuidado dos filhos.	Inicialmente não gostaram, mas sempre a apoiaram. Hoje ajuda sua mãe e irmão.	Atividades extras para complementar o rendimento.
I	Mãe paga seu aluguel e recebe ajuda de amigos/as.	Mãe cuidava de seu filho para I estudar.	Passa dificuldades e precisa sempre ter dois empregos.
J	Mãe cuida do filho para que J trabalhe.	Família apoiou totalmente a separação.	Sempre trabalhou, nunca pensou em ficar desempregada.

Anexo 7 – Outras fontes de apoio

	Presença dos progenitores	Apoio dos progenitores	Apoio do Estado
A	Não participava dos cuidados com os/as filhos/as ou com a casa. Cumpria apenas sua responsabilidade financeira.	Recebia sua aposentadoria após o falecimento.	"Salário Família", referente a cada filho/as.
B	1º foi assassinado; 2º sem contato com os/as filhos/as e o 3º visita esporadicamente.	Não recebe apoio formal. O 3º fornece-lhe um valor baixo e esporádico. B preferiu não solicitar judicialmente.	PBF para três filhos/as menores.
C	Ausentou-se por anos. Hoje é presente na vida dos/as filhos/as.	Fornecia valor ínfimo. C não reclamava pois desejava seu retorno.	Nunca procurou a respeito.
D	Não desenvolveu uma relação com a filha, que sente a falta do pai, por medo de D cobrar-lhe pensão.	Acordaram que seria dada pensão, mas nunca o fez. Sempre que lhe cobrava, tinha alguma história triste a contar.	Nunca procurou saber a respeito.
E	Desapareceu durante gestação e não conhece a filha.	Considerava-se suficiente para sustentar a filha.	Nunca procurou saber a respeito.
F	Ausente por longo período e hoje passa um final de semana por mês com os/as filhos/as. A filha sente falta do pai e pai rejeita fortemente o filho autista.	Não fornecia apoio e ameaçava solicitar a tutela das crianças. Hoje oferece apoio informal e F receia que formalmente seja determinado valor menor, visto que ele não tem emprego fixo. F considera o valor muito pouco para as necessidades especiais do filho.	Filho tem acesso a atendimento e remédios. Sabe que tem direito a benefício do Estado para filho, mas falta-lhe dinheiro para a ação judicial.
G	Ausente e filhos e pai tem relação conturbada pelo seu vício. Dedicar-se a nova família e não honra compromissos.	Não há apoio oficial ou regular. G não solicitou apoio judicialmente e filhos cobram-lhe pois é de seu direito.	Beneficiaram-se de programas de fomento ao ensino e trabalho.
H	Pai do 1º filho procurou-o aos 18 anos, mas filho o ignora. O pai do 2º o procura. Filhos carentes e sem afeto pelos pais.	Pai do 1º filho nunca forneceu qualquer apoio. O pai do 2º deu pequenos apoios a partir dos 15 anos até hoje.	Filhos estudaram em universidade pública e receberam apoio estudantil.
I	Preso antes do filho nascer e, posteriormente, assassinado. Filho sofreu muito com sua ausência.	Nunca recebeu apoio e tinha medo de contactá-lo.	Filho recebeu tratamento em centro público através de estágio remunerado.
J	Presente, mas considera que não se preocupa com a educação formal nem segurança do filho.	Acordaram amigavelmente um valor, que é cumprido, mas não é suficiente.	Inelegível para benefícios.

Anexo 8 – Perspetivas positivas

	Benefícios conquistados	Mobilidade social e futuro dos/das filhos/as
A	Maior responsabilidade, mas a vida se tornou mais tranquila e despreocupada pois cuidava somente dos/as filhos/as.	Sempre valorizou educação dos/as filhos/as. Filho mais velho teve oportunidades, mas a única que cursou licenciatura foi a filha que se mudou para trabalhar.
B	Considera que nos três casos a separação foi melhor para si e filhos/as, por garantir sua independência e livrar-lhes de ambiente violento e nocivo.	Preza pela educação básica dos/as filhos/as, sem grandes aspirações. Hoje os menores estudam no quilombo e acredita que a maioria ficará a viver mesmo por lá.
C	Sentia-se amparada pelos/as filhos/as e amigos/as. Não se interessou por outro relacionamento pois perderia liberdade e temia pela segurança das filhas.	Filhos/as não tem ensino superior. Um tem quatro filhos de mães diferentes e já esteve preso por não pagar pensão; as filhas trabalham e vivem com C.
D	Considera ex-marido má influência e acomodado. Reforçou-lhe a independência e pôde controlar a própria vida.	Seu objetivo sempre foi dar-lhes uma boa educação, para alcançarem as próprias conquistas. Hoje espera que aproveitem a oportunidade. O filho está finalizando a licenciatura.
E	Evitou problemas pois progenitor não lhe dava sinais de ser equilibrado nem boa influência.	Satisfeita por ter criado uma boa pessoa e pela educação que lhe deu. Filha é casada e recebe ajuda da mãe.
F	Não se considera livre e independente por morar com a mãe, e preocupar-se com os cuidados constantes do filho.	Preocupa-se muito com o futuro do filho, sem perspectiva de mudanças futuras e não tem esperança em obter ajuda futura do pai para cuidar do filho.
G	Impactou toda sua vida e hoje é "dona do próprio nariz". A princípio assustou-se, mas percebeu-se que já estava sozinha mesmo enquanto casada. Teme outro relacionamento pela perda de sua independência.	Sente-se orgulhosa e espera serem "homens de caráter", que respeitem as mulheres e valorizem sua criação, sejam trabalhadores e alcancem seus sonhos.
H	Deixar a casa dos pais foi a melhor coisa que poderia ter feito e valoriza sua liberdade e independência. Diz que cresceu pessoalmente e pôde oferecer aos filhos melhores oportunidades.	Sempre prezou a educação dos filhos. Considera o mais velho prejudicado pela ausência do pai, pois precisou trabalhar e prejudicou-se nos estudos. Acredita que alcançarão seus sonhos pela determinação que tem.
I	Preza a conquista de paz e tranquilidade. Tem total independência pessoal, que considera sem preço.	Filho não valorizou a educação que recebeu. Hoje atua como auxiliar de cozinha, mas sonha em cursar Direito.
J	Considera o pai e sua família péssimos exemplos e acredita que a educação do seu filho seria pior. Diz oferecer ambiente familiar estruturado e sem discussões. Ganhou por afirmar sua independência.	Espera que se torne diferente do pai. Orgulha-se de sua educação e o ensina igualdade de gênero, diferentemente da família do pai. Filho demonstra sinais de que será grato a mãe e a avó pela sua criação.

Anexo 9 - Frases ilustrativas das participantes entrevistadas

A	O princípio da vida foi muito difícil, a gente não tinha nada./Eu queria estudar mais um pouco, mas não pude. A professora gostava de mim porque eu era a mais pobrezinha, não tinha material nem condições./Naquele tempo falavam que mulher não precisava estudar./Naquele tempo se a mulher quisesse se separar ela tinha que sair com a roupa do corpo. Nem aos filhos tinha direito. A gente põe os filhos no mundo e é responsável por eles. O que eles passarem, a gente tem que passar junto./Não tem ninguém rico ou doutor não, mas são todos (filhos/as) honestos e trabalhadores.
B	Depois que separei, tive muitos problemas. Tinha que continuar trabalhando para ajudar minha mãe e minhas crianças./Tivemos um desentendimento feio, teve agressão física. Ele bebe, e é muito estúpido e ignorante./Faço entrega das minhas verduras. Já comecei a plantar, poderia até vender mas não tem carro./Prefiro ficar sozinha com dificuldades do que ser humilhada; principalmente se o caso fica agressivo, aí tem que dar um jeito./O primeiro marido começou a dar problemas, larguei dele e fui para minha mãe com as minhas crianças./Com o segundo, a situação era precária com a comida. A gente só podia comer o que ele deixasse./Meu moleque de 15 anos falou alguma coisa com ele, ele pegou uma garrafa e ia jogar no meu filho. Eu segurei o braço dele porque a garrafa ia quebrar na cabeça do menino. Quase que ele me matou, eu senti dor um bom tempo. Ele me bateu, eu sentia dor na cabeça e no pescoço. Vieram dois homens segurar ele e quase não conseguiram. Eu ia trabalhar na horta mas não aguentava de tanta dor de cabeça./Nunca mais estudei e tudo que eu aprendi foi por minha conta mesmo. Sei fazer de tudo um pouco, sei cozinhar, fazer artesanato, costurar.
C	Frase do marido: Não sei pra que foi arrumar criança agora, você podia fazer alguma coisa e tirar./Quero ver ela beber até morrer, que ela morra bebendo./ Frases de I: Meus filhos reclamavam do valor, mas eu não queria pedir aumento porque queria que ele voltasse./As condições para voltar eram me tratar melhor e tratar meus filhos melhor, ele me abandonou mas os meus filhos cuidavam de mim para tudo./Eu passei muita dificuldade mesmo./Parei de estudar por causa dele./Era muito rato. Se estivesse na sala com alguma visita, tinha até vergonha porque os ratos passavam correndo.
D	Desde pequena assumi muitas responsabilidades/Não tinha noção do que era família, com proteção e tranquilidade. Tive uma infância muito conturbada./Quando comecei a trabalhar, eu tinha muita vergonha./Para que eu queria um marido? Eu assumia tudo./Apesar de trabalhar fora, sempre cuidei do marido porque as pessoas dizem que se o marido anda mal arrumado a culpa é da mulher. Meus filhos e a minha casa sempre estavam limpos./Sempre deixei claro que duas coisas me fariam separar: se me traísse ou me batesse. Sei bem o que eu quero e sei bem o que não quero./Nunca tive medo de trabalhar./Eu quero ter paz na minha casa. Isso não tem preço./Hoje eu olho para trás, e não sei como eu consegui."
E	A gente tem vontade de ter família, mas tinha medo de me envolver com alguém por ter filha adolescente./ A gente não pode pensar só na gente, tem que engolir o orgulho e trabalhar./Às vezes dá uma dor não ter o nome do pai na certidão dela./Passei muitas humilhações, mas só pensava em trabalhar e levar o sustento pra ela./Nunca quis depender de ninguém./Com o tempo, você desenvolve sua sobrevivência.

F	<p>Eu não tenho um quarto, não tenho estrutura, mas não tinha para onde ir./Ele sempre me dá um dinheiro incerto, e falta também para mim./Não acho justo o dinheiro que ele ganha não ir para os filhos./Se ele me ajudasse, eu não precisava passar por isso./As pessoas romantizam muito a maternidade./Ter uma criança especial torna tudo mais difícil./Eu não me considero boa mãe, por que não tenho mais de onde ser uma boa mãe. Aonde eu posso, eu tento fazer meu máximo.</p>
G	<p>Venho de uma casa em que a mãe e avó foram o ponto forte, meu pai sempre foi fechado e ignorante./Casar não era o que eu queria, queria estudar./Cuido de tanta gente desconhecida e não vou cuidar do pai dos meus filhos?/Não tenho porque brigar, melhor termos uma boa relação, pelo bem dos nossos filhos./Com 30 anos tive uma crise de pânico violenta, achava que eu ia morrer. Só criando filho e dentro de casa, olhava para trás e pensava 'o que eu fiz da vida até agora?'/Hoje vejo uma menina de 15 anos e penso como eu era uma criança./Criei meus filhos diferente, a gente fala de tudo, porque na minha casa não falavamos e não deu certo./Acho tão humilhante ter que exigir um direito nosso./Não preciso de homem para me sustentar, tenho meu dinheiro e minha vida. Não preciso de homem para nada.</p>
H	<p>Tudo o que me mandavam fazer para abortar, eu fazia; até cozinhar prego enferrujado./A gente tinha uma vida muito difícil e com os meninos piorou./O pai deles era o meu pai, eles chamavam o avô de pai./São muito carentes de pai./Eu estava muito cansada, ele me sufocava e não me deixava viver./Tenho muito orgulho dos meus filhos e do que são, mas também tenho muito orgulho de mim por tudo que eu passei. Foram muitas humilhações porque tinha dois filhos para sustentar./Hoje vejo que valeu muito a pena e eu faria tudo de novo. Eles compensaram tudo que eu fiz e eles reconhecem e retribuem. São exemplares e eu aprendo muita coisa com eles./Depois que eu saí de casa eu pude mudar a história de vida dos meus filhos. Não queria que eles tivessem a vida que eu tive./Nós três sempre fomos muito unidos./Meus filhos são tudo que eu sempre tive. Fui mãe muito nova e eles sempre foram tudo que eu tinha de mais importante."</p>
I	<p>Foram só quatro meses. Foi intenso, destruidor. Destruí minha família e amigos. Sofro até hoje, ainda me pergunto como eu fiz isso./Com a surra que ele me deu, percebi que aquela não era a minha vida./Comecei a ficar incomodada por não ter uma profissão./Eu nunca aceitaria não levar meu filho; escolhi meu filho. Independente de fazer algo errado, ele é uma cruz minha./Lutei muito para não perdê-lo para as drogas./Agora é encaminhá-lo para minha falta e da minha mãe, ele só tem a mim e a minha mãe./Falava pouco sobre o pai para meu filho, apenas que não fazia coisas certas./Devo tudo aos meus pais, se não seria muito difícil. Ou precisaria do pai do meu filho, e dele eu queria distância/Com tudo que eu passo, ainda prefiro estar sozinha. Hoje me sinto muito segura, tenho minha vida, tenho minha independência.</p>
J	<p>A sociedade tem preconceito em julgar a pessoa como 'mãe solteira'./Meu primeiro casamento foi o emprego./Quando se tem um filho, tudo muda. Se não fosse a minha mãe, hoje eu não sei o que seria de mim. Na verdade, a minha mãe é a mãe dele./Ensino a ele a me tratar com respeito, até mesmo para fazer isso com uma futura esposa./Ganhei muito com a decisão de me separar, não me arrependo de nada./A educação do meu filho vem toda da minha mãe (avó)./Muito interessante sua pesquisa, as mulheres devem ter sua liberdade; mas a sociedade quer sempre nos julgar./Minha vida é em torno dele. Tudo que faço é em prol dele./Vou seguir sempre minha vida de independência. Por mais que seja cansativo, é prazeroso para mim.</p>